

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM FINANÇAS

O Sistema bancário na sustentabilidade do processo de crescimento: Cabo Verde 1998-2008

Deyze Cristina Baptista Tavares

Orientação: Prof. Dra. Rita Martins de Sousa

Júri:

Presidente: Professora Doutora Clara Patrícia Costa Raposo

Vogais: Professor Doutor João António Ramos Estevão

Professora Rita Martins De Sousa

Agosto 2011

Lista de acrónimos e Abreviaturas

BAI – Banco Africano de Investimentos

BCA – Banco Comercial do Atlântico

BCV – Banco de Cabo Verde

BCN – Banco Caboverdiano de Negócios

BESCV - Banco Espírito Santo Cabo Verde

BI – Banco Interatlântico

BVC – Bolsa de Valores de Cabo Verde

CCIT – Câmara de Comércio Indústria e Turismo

CECV – Caixa Económica de Cabo Verde

CEP – Caixa Económica Postal

CT – Crédito Total

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPC – Índice de Preço de Consumidor

IFI – Instituição financeira Internacional

MCA – Millenium Challenge Account

OMC – Organização Mundial do Comércio

PIB – Produto Interno Bruto

PIB_{P/C} R – Produto Interno Bruto *per capita* Real

ROA – Return on Assets

ROE – Return on Equity

SISP - Sociedade emissora de cartões de crédito e Intermediadora bancária do Sistema de Pagamentos

S&P – Standars & Poor's

SWIFT - Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications

UE - União Europeia

Abstract

The relationship between financial system and economic growth has been studied by several authors since the seminal papers of Gerschenkron (1962) and Cameron (1967).

This research is part of this issue and inquires the importance of the banking sector on economic growth in Cape Verde, between 1998 and 2008. Has been this growth accompanied by the development of the banking sector or a sustained system existed since 1990's decade? What was the evolution of the banking system structure? Has the banking sector been financed the key sectors of the economy or its loans have been directed to other economic activities?

Firstly, we conclude that it has been in the first decade of the 20th century that the banking sector had a high growth, assessing this growth through some variables, like bank assets and liabilities in comparison to PIB. Secondly, it was identified a situation of liquidity, solvency and financial efficiency that gave stability to the Cape Verde economy, position very different from the group of Sub-Saharan Africa. Third, the lending activity shows the direction of credits to non-financial institutions, and within these stands out on the one side, the housing credit and on the other, the credit to the most dynamic sectors of the economy, namely the tertiary sector, trade and services sub-sectors.

However, during the decade 2000s, the restaurants and hotels, tourism sub-sectors focused on clear foreign direct investment, showing that if the tourism is the

most dynamic sector of the economy, it was only partially financed by banking sector in Cape Verde.

Keywords: financial intermediation, banking, economic growth, Cape Verde.

Resumo

A relação existente entre sistema financeiro e crescimento económico é tema de estudo por parte de diversos autores, desde os trabalhos seminais de Gerschenkron, 1962 e Cameron, 1967.

O presente trabalho insere-se nessa temática e tem como objectivo analisar a importância do sector bancário no crescimento económico de Cabo Verde, entre 1998 e 2008. Terá sido este crescimento acompanhado pelo desenvolvimento do sector bancário ou já existia um sistema sustentado, em finais da década de 1990? Como evoluiu a estrutura do sistema bancário? Tem o sector bancário financiado os sectores chave da economia ou os seus créditos têm sido canalizados para outras actividades?

Conclui-se, em primeiro lugar, ter sido na primeira década do século XXI que o sector bancário teve um crescimento elevado, aferindo este crescimento através de diversos indicadores, designadamente, activos e passivos bancários em relação ao PIB.

Em segundo lugar, revelou uma situação de liquidez, solvabilidade e eficiência que conferiu estabilidade financeira à economia e destacou Cabo Verde no conjunto da África Subariana.

Em terceiro lugar, a actividade creditícia evidencia a canalização de créditos para as instituições não financeiras, e dentro destas destaca-se por um lado, o crédito à habitação e por outro, o crédito aos sectores mais dinâmicos da economia, concretamente, o sector terciário, subsectores serviços e comércio. No entanto, ao longo da década de 2000, os subsectores restaurantes e hotéis e o turismo concentraram de forma nítida o Investimento Directo Estrangeiro, evidenciando que se o turismo é o

sector mais dinâmico da economia só parcialmente foi um sector financiado pelo aparelho bancário cabo-verdiano.

Palavras-chave: intermediação financeira; sistema bancário; crescimento económico; Cabo Verde.

Índice

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	2
ABSTRACT	4
RESUMO	6
LISTA DE TABELAS E FIGURAS	10
LISTA DE GRÁFICOS	11
I. INTRODUÇÃO	13
II. INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS E O CRESCIMENTO ECONÓMICO.....	16
2.1 O papel do sistema bancário no crescimento económico: em torno de algumas abordagens teóricas	16
2.2 O contributo do sistema financeiro para o crescimento económico – um modelo endógeno de crescimento	20
2.2.1 <i>Fricções de mercado</i>	22
2.2.2 <i>Funções do sistema financeiro</i>	23
2.2.1.1 Facilitar a mobilização das poupanças	23
2.2.1.2 Alocação dos recursos	25
2.2.1.3 Controlar e monitorizar os investimentos	26
2.2.1.4 Gestão de riscos	26
2.2.1.5 Facilitar as transacções dos bens, serviços e contratos	28
2.2.3 <i>Canais de transmissão do crescimento económico</i>	29
2.3 Importância do sector bancário no processo de crescimento económico das economias em desenvolvimento	30
III. CABO VERDE	33
3.1. Enquadramento Macroeconómico	33
3.2. Evolução do Sector Bancário de Cabo Verde	36
3.3. Estrutura do Sistema Bancário em Cabo Verde	38
3.3.1 <i>Sector Bancário</i>	38
3.3.2 <i>Sector Parabancário</i>	39
3.3.3 <i>Sector segurador</i>	40
3.3.4 <i>Fundos de investimento</i>	40
3.3.5 <i>Sector de Segurança Social</i>	40
3.3.6 <i>Mercado de capitais</i>	40
3.3.7 <i>Serviços prestados por intermédio dos Correios</i>	40
3.3.8 <i>Micro - Finanças</i>	41
3.4. Grau de concentração e nível de bancarização do sistema bancário	42
IV. EVIDÊNCIA EMPÍRICA	45
4.1 Metodologia	45
4.2. Rácios financeiros	46
4.2.1 <i>Rendibilidade do sector</i>	46

4.2.2 <i>Liquidez do sistema e solvabilidade</i>	48
4.3 Rácios propostos por Levine	53
4.3.1 <i>Análise de resultados – Rácios de Levine</i>	54
4.3.2 <i>Análise de correlação entre as variáveis</i>	58
4.4. O crédito bancário	59
4.4.1 <i>Tipologia dos créditos concedidos</i>	60
4.4.2 <i>Decomposição do crédito interno</i>	63
4.4.3 <i>Remessas dos emigrantes</i>	64
4.5 Os sectores chave da economia	67
4.5.1 <i>Crédito concedido por sectores de actividades</i>	69
4.5.2 <i>Sector terciário</i>	70
4.5.3 <i>Sector secundário</i>	73
4.5.4 <i>Sector primário</i>	76
4.5.5 <i>Crédito habitação</i>	79
4.5.6 <i>Relação entre os créditos concedidos e as taxas de juro</i>	81
4.6 Factores condicionantes do crédito bancário	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
SÍTIOS DA INTERNET	91
ANEXOS	92

Lista de tabelas e figuras

Tabela IV - 1 Resultado dos rácios financeiros – Sector bancário de Cabo Verde	50
Tabela IV - 2 Valores de referência dos Indicadores Financeiros – Levine (dados para 1985).....	55
Tabela IV - 3 Resultados de ‘Rácios Levine’ para Cabo Verde.....	55
Tabela IV - 4 Correlação entre as variáveis Levine	58
Tabela IV - 5 Evolução dos créditos concedidos por prazos.....	60
Tabela IV - 6 Decomposição do Crédito Interno	63
Tabela IV - 7 Cabo Verde – Comparação regional de alguns indicadores financeiros (em percentagem)	66
Tabela IV - 8 - Distribuição por sectores de actividade (em %)	72
Tabela IV - 9 Crédito às empresas por ramo de actividade.(milhares de contos e %) ..	78
Tabela IV - 10 Crédito às instituições não financeiras	79
Tabela IV - 11 Evolução da taxa de crescimento das taxas médias de juro praticadas nas operações bancárias	81
 Figura 1 - Abordagem teórica da relação entre sistema financeiro e crescimento económico.....	 21

Lista de gráficos

Gráfico IV - 1 Eficiência do sector bancário	52
Gráfico IV - 3 PIB e Crédito Total	61
Gráfico IV - 4 Crédito Total e os Depósitos.....	62
Gráfico IV - 5 Depósitos de emigrantes	65
Gráfico IV - 6 Taxas de juro activa média praticada nas operações bancárias	67
Gráfico IV - 7 PIB Sectorial	68
Gráfico IV - 8 Distribuição do crédito por sectores de actividade (%)	69
Gráfico IV - 9 Sector terciário (%).....	70
Gráfico IV - 10 Sector Secundário (%)	73
Gráfico IV - 11 Sector Primário (%)	76
Gráfico IV - 12 Crédito Habitação (milhares de contos).....	80

Agradecimentos

Primeiramente agradeço profundamente à minha orientadora, professora doutora Rita Martins de Sousa, pela incansável ajuda proporcionada ao longo desta difícil jornada que foi a elaboração deste trabalho, e por acreditar em mim, caso contrário a execução da tese não seria possível.

Agradeço aos meus pais, razões da minha existência, pelo apoio incondicional e pelo financiamento do meu mestrado, e pelo contributo importante para a minha formação pessoal.

Um agradecimento especial vai para o meu colega Hélder Miranda, pela ajuda preciosa e companhia nas horas difíceis.

Por fim e não menos importante, agradeço os meus amigos e familiares pelo apoio moral durante este percurso, bem como agradeço ao doutor João Fidalgo, pela importante contribuição na aquisição de dados.

Muito Obrigados a todos do fundo do meu coração.

I. Introdução

Historicamente, a importância do sistema bancário para as economias, principalmente no colmatar a escassez de capital, tem sido sublinhada por diversos estudos (exemplos: Gurley e Shaw, 1955, Levine, 1997, Rosseau e Wachtel, 1998). Este sistema ao possibilitar o financiamento da actividade económica vai, à partida, ser um elemento facilitador do crescimento. Trata-se então, de analisar a relação existente entre sistema financeiro e crescimento económico.

Em sentido estrito, o sistema financeiro inclui o conjunto de instituições que asseguram, essencialmente, a canalização da poupança para o investimento. Assim, estas instituições desempenham um papel de intermediário entre os agentes económicos - Família, Estado, Empresas - que, num dado momento, podem assumir-se como aforradores e, noutros, como investidores.

O sistema financeiro gira em torno de dois conceitos: a poupança e o investimento, uma vez que para se desenrolar o crescimento económico de um país, é necessário que as poupanças se canalizem para o investimento através de instituições financeiras. Genericamente, a poupança é a diferença entre o rendimento disponível e o consumo, enquanto o investimento é a aplicação de fundos destinados à obtenção de um determinado rendimento.

Na África Subsariana, os sistemas financeiros têm-se caracterizado por uma relativa incapacidade de satisfazer as necessidades económico-financeiras do sector privado atendendo ao seu fraco desenvolvimento (entendendo-se este 'fraco desenvolvimento' como o valor do total dos activos, designadamente, bancários em

relação ao PIB). Factores como as baixas taxas de crescimento da maior parte das economias da região, o baixo rendimento das famílias e dos agentes económicos, a ausência de infra-estruturas financeiras, a inexistência de estruturas legais, poderão explicar esse frágil desenvolvimento apesar de esta afirmação também levantar a questão se o sistema financeiro tem de ser prévio ou é endógeno ao próprio processo de crescimento económico (veja-se os estudos seminais de Gerschenkron, 1962; Cameron, 1967).

O presente estudo tem como objectivo analisar a importância do sistema financeiro, mais concretamente do sector bancário, no crescimento económico de Cabo Verde. País de desenvolvimento médio, a partir de 2007, Cabo Verde tem tido taxas de crescimento do PIB na ordem dos 13% ao ano, desde 2006. Terá sido este crescimento acompanhado pelo desenvolvimento do sector bancário ou já existia um sistema sustentado, em finais da década de 1990? Como evoluiu a estrutura do sistema bancário? Tem o sector bancário financiado os sectores chave da economia ou os seus créditos têm sido canalizados para outras actividades? O período em observação vai desde 1998 até 2008, pois apesar da liberalização do sector datar de 1991, a escassez de dados não permite iniciar este estudo naquela data.

O texto organiza-se em quatro capítulos, para além da Introdução. No segundo capítulo realiza-se o enquadramento teórico do tema, apresentando-se as abordagens de diversos autores sobre a relação entre crescimento económico e sector financeiro. apesar das crises financeiras colocarem em causa, muitas vezes, a importância das instituições financeiras nos processos de crescimento, as análises de longo prazo demonstram que

países com “boas” (sound) instituições financeiras têm tido maior desempenho económico (north, weingast, 2000).

No terceiro capítulo caracteriza-se o sistema bancário nacional tendo por finalidade traçar o perfil do mercado bancário e descrever, sucintamente, a evolução do sector. Será uma forma de aproximação à questão sobre a existência ou não de uma estrutura bancária já suficientemente desenvolvida em finais da década de 1990.

O quarto capítulo é dedicado às evidências empíricas. Avalia-se a sustentabilidade do sistema, confronta-se com indicadores internacionais, escrutina-se o crédito concedido por sectores de actividade económica.

Por fim, no quinto capítulo apresentam – se as considerações finais, expondo-se as principais conclusões a que se chegou, apontam-se limitações e rumos para investigações futuras.

II. Intermediários financeiros e o crescimento económico

A relação entre crescimento económico e intermediação financeira tem sido objecto de estudo por parte de vários autores. Analisa-se a hipótese de ligação causal entre estrutura financeira e produtividade em diversos contextos históricos, ou seja, em contextos espacial e temporalmente diversos. Apresente-se então, algumas dessas abordagens teóricas, descrevendo com mais pormenor o modelo endógeno desenvolvido por King e Levine (1997).

2.1 O papel do sistema bancário no crescimento económico: em torno de algumas abordagens teóricas

O período entre 1870 e 1929, foi um período de rápida industrialização¹ e de crescimento no sector bancário, assim como de aparecimento/desenvolvimento de instituições inovadoras, como foi o caso das companhias de seguros, em países como os EUA, o Reino Unido, o Canadá, a Suécia e a Noruega. O peso dos activos das instituições financeiras no produto constitui um indicador do desenvolvimento financeiro aliado ao desenvolvimento industrial (ver anexo I). Rousseau e Wachtel (1998) concluem que o desenvolvimento financeiro foi a força causal por trás da rápida

¹ O declínio do peso da agricultura na produção total, reflectiu as tendências em direcção a industrialização, em que as percentagens da agricultura caíram de 14% para 8% nos EUA, 13 para os 4 % no Reino Unido, 39% para os 8 % no Canadá, 37% para os 17 % na Noruega e na Suécia passou dos 37% para os 14 % (Rousseau e Wachtel, 1998).

transformação industrial experimentada pelas cinco economias mais importantes, antes do período da Grande Depressão.

Para o século XIX, a Alemanha é um dos casos de estudo mais frequente sobre a relação positiva entre créditos concedidos pelos grandes bancos alemães à actividade industrial e o crescimento económico. Burhop (2003) menciona que trabalhos de autores como Jeidels (1905), Reisser (1910) e Hilferding (1910) puseram em debate a hipótese de economias como a Alemanha, durante o século XIX, constituírem um exemplo de como um país pode acelerar o seu crescimento através de instituições financeiras modernas, caso dos bancos de investimento existentes na altura.

Segundo Burhop (2003) esta ideia foi formalizada pelo Da Rin e Hellmann (2002), que defendem que os bancos podem actuar como catalisadores para a industrialização, se o mercado for suficientemente grande para fornecer capital para uma massa crítica de empresas, e se os bancos possuírem um poder de mercado suficiente para lucrar com a coordenação das actividades industriais. O sistema bancário pode impulsionar a passagem de uma economia de baixo equilíbrio para uma de alto equilíbrio e sustentável, pelo que o sistema pode tornar-se numa força motriz de grande impulso para a industrialização, podendo, designadamente, financiar empresas de sectores chave com taxas de juro abaixo do mercado. Este interesse em fornecer juros mais baixos reside no facto dos lucros provenientes após a industrialização serem maiores.

Os bancos privados alemães também organizaram e promoveram uma matriz impressionante de grandes empresas industriais a partir de meados do século XIX. Para além desse papel empreendedor, há evidências que sugerem que os bancos alemães

tendiam a ser mais comprometidos com os seus clientes no que concerne a créditos de longo prazo. Existiu uma relação íntima entre a banca e o sector industrial na Alemanha, o que não implicou imperativamente que o sistema financeiro alemão fosse melhor na gestão de riscos, aumento da liquidez ou na facilitação das trocas. Essas afirmações levam a supor que o sistema financeiro alemão pôde reduzir a assimetria de informação e assim permitir aos bancos a alocação de capital de forma mais eficiente.

Para muitos historiadores económicos, a Alemanha é o exemplo paradigmático de industrialização liderada pelos bancos. Tilly (1986) argumenta que os bancos alemães promoveram o crescimento económico através da diversificação de carteira e da expansão resultante do capital de risco.

Acredita-se também que da mesma forma que o sector bancário foi um importante impulsionador do processo de industrialização na Alemanha promovendo assim o crescimento económico, também terá sido uma peça importante no fenómeno surpresa do crescimento rápido da economia sueca. Em 1870, a Suécia uma economia de dimensão relativamente pequena, passou de país economicamente atrasado a país em crescimento, transformando-se no início do século XX, num dos países mais ricos da Europa.

Segundo Sandeberg (1978-1979), o motor da transformação Sueca foi a liberalização financeira iniciada em 1850 e cuja afirmação ocorreu em 1860. Esta liberalização traduziu-se num modelo de *free-banking*. De facto, a liberalização financeira proporciona uma ligação entre cada sistema financeiro doméstico e cada economia, conformando o contexto da globalização. Assim, a globalização financeira

pode ser o resultado do fim das regras e barreiras que dificultam a livre circulação de capitais. Sicsú, João (2006).

Remontando à época da grande depressão, o colapso financeiro na economia real despertou a atenção dos economistas contemporâneos. Motivou por exemplo Fisher² (1933) a argumentar que os declínios da economia resultaram da fraca performance do mercado financeiro.

Hicks (1937) salienta a possibilidade de uma relação indirecta entre o mercado financeiro e o sector real da economia, resultado da teoria da preferência de liquidez de Keynes, através do qual se alterou a ideia de enfatizar a moeda como a única variável e a mais importante no comportamento dos agregados económicos. O sistema financeiro, não desempenhou um papel explícito e central na teoria de Keynes para a determinação de produto, porém foi parte integrante, considerando o total da teoria. Considerações financeiras determinaram parcialmente a teoria do comportamento do investimento caracterizado na Teoria Geral (1933). Um factor chave da teoria de investimento keynesiano é o denominado Estado de confiança -“ state of confidence”. Keynes teve o cuidado de distinguir dois determinantes básicos deste “estado”. O primeiro é o facto de os mutuários acreditarem na perspectiva dos retornos derivados dos investimentos em projectos. O segundo é o denominado “estado de crédito”, em que Keynes argumenta que este estado é liderado pela confiança dos credores no financiamento dos mutuários.

A confiança dos credores depende da sua percepção e de como acreditam estar assegurado o cumprimento das obrigações dos mutuários. Keynes conclui que o colapso

² Ver artigo “ THE DEBT-DEFLATION THEORY OF GREAT DEPRESSIONS” (1933). Ver também estudos feitos por Veblen (1904) e Hawtrey (1926).

da confiança da parte do credor ou do mutuário é o suficiente para provocar uma rescisão.

Gurley e Shaw (1955) desenvolveram também estudos para explicar a interligação entre o crescimento económico e sistema financeiro. Uma das características distintivas das teorias destes autores, foi o facto de focarem os seus trabalhos na intermediação financeira, e particularmente no papel dos intermediários financeiros no processo de oferta de créditos como oposição ao processo de oferta de moeda. Estes autores notaram igualmente que na fase inicial do processo de desenvolvimento financeiro, os bancos comerciais são a principal forma de intermediação.

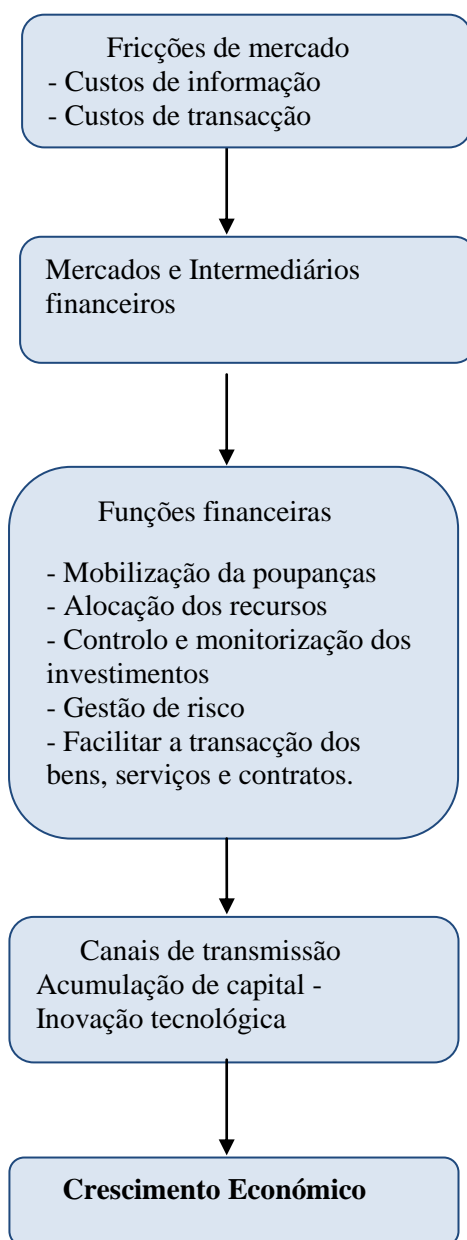
2.2. O contributo do sistema financeiro para o crescimento económico – um modelo endógeno de crescimento

Diversos têm sido igualmente, os estudos sobre o sentido da causalidade entre sistema financeiro e crescimento económico³, tendo King e Levine (1997) desenvolvido um modelo de crescimento endógeno.

Partindo da hipótese que existe uma relação endógena entre sistema financeiro e crescimento económico, de que forma os intermediários financeiros podem promover o crescimento económico? E por que razão são necessários estes intermediários financeiros no processo de crescimento? Um esquema ajudará a sintetizar a relação entre sistema financeiro e crescimento económico.

³ Ver, entre outros trabalhos, o de Modigliani e Miller (1985) autores que defendem a ausência de relação, o de Singh (1997) que atribui ao sector financeiro o aumento de volatilidade dos mercados financeiros e, nesse sentido, a influência negativa no crescimento, e Bencivenga e Smith (1991) que enfatizam a importância da canalização das poupanças para activos produtivos e estimuladores do crescimento económico.

Figura 1 - Abordagem teórica da relação entre sistema financeiro e crescimento económico



Fonte: figura adaptada de Levine, 1997

Acompanhe-se a explicação da figura. Desde logo, apresenta -se a variável *Fricções de mercado*

2.2.1 Fricções de mercado

A existência das fricções de mercado, os custos de informação e os custos de transacções, constituem incentivos para o surgimento de instituições financeiras, pois são os intermediários financeiros que assumem a responsabilidade de corrigir essas “anomalias” que ocorrem nos mercados.

Designam-se por custos de informação, os custos relacionados com a captação, verificação e tratamento de informações relevantes para a tomada de decisão, enquanto os custos de transacção são os custos relacionados com as pesquisas, processo de acompanhamento de crédito e auditoria.

Duas teorias podem explicar o facto das fricções de mercado impulsionarem o surgimento dos intermediários financeiros. A teoria da coalizão para a divisão da informação que parte do pressuposto de que os empreendedores possuem informações privilegiadas sobre os seus investimentos em relação aos investidores. Os bancos surgem neste contexto como forma de coalizão para a troca e redução da assimetria de informação.

Por sua vez a teoria da delegação do acompanhamento parte do pressuposto da existência da assimetria de informação, pelo que o acompanhamento seria uma boa forma de garantir a eficiência dos projectos financiados, o que por conseguinte reduz ou em última instância elimina situações de “*moral hazard*”. Trata-se de precaver comportamentos oportunistas por parte dos tomadores de crédito. Esse acompanhamento seria executado pelos bancos o que garantia resultados melhores.

Logo, apesar de haver custos associados - os custos de intermediação⁴ - estes são considerados menores do que os custos de transacção e de informação.

Vaz (2001) argumenta que a intermediação bancária actua no sentido de colmatar a deficiência de informação mediante a produção de informações e a supervisão da execução dos contratos financeiros a um custo inferior ao que se poderia suportar no caso de se considerar um investidor isolado.

Outras das variáveis contempladas são as *Funções do sistema financeiro*.

2.2.2 Funções do sistema financeiro

No sentido de colmatar ou reduzir as fricções de mercado supracitadas, o sistema financeiro apoia-se numa das suas funções básicas, a mobilização de poupanças, embora de uma forma mais abrangente estão implícitas as cinco funções, que são as seguintes (Levine1997):

- Facilitar a Mobilização da Poupança;
- Alocação dos Recursos;
- Controlar e Monitorizar os Investimentos
- Gestão de Riscos;
- Facilitar as Transacções dos Bens, Serviços e Contratos.

2.2.1.1 Facilitar a mobilização das poupanças

Efectuando uma análise breve e genérica da figura 1, evidencia-se que é imprescindível que todo e qualquer sistema financeiro tenha a capacidade de captação

⁴ Os custos de intermediação são as comissões cobradas pelos bancos aos investidores e não estão sujeitos a limites legais, CMVM (2011).

de poupanças e, através das mesmas, gerar empréstimos que sustentam os investimentos que por sua vez constituem um pilar base do processo de crescimento económico. A existência de um bom sistema financeiro permite que o circuito poupança – investimento - crescimento económico se desenvolva naturalmente. Sendo o acto de poupar disjuncto do ato de investir, isto é, o indivíduo que poupa, em sua grande maioria, não é o mesmo que realiza os investimentos produtivos, os intermediários financeiros revelam -se essenciais no processo.

O não funcionamento deste circuito faz com que a economia se afaste do ambiente competitivo, haja perda de recursos para o sector produtivo, pois os custos de transacção e os custos de informação envolvidos tornam-se insuportáveis. Portanto, a eficiência promovida pelo sistema financeiro reside exactamente na redução dos custos de transacção e de informação quando um contrato financeiro é realizado. Os bancos e os intermediários financeiros podem mobilizar poupanças de forma mais barata que o indivíduo em si, devido a economias de escala e de experiência.

A mobilização de capital por parte dos intermediários financeiros permite que os investidores consigam realizar projectos de grandes dimensões, dos quais não teriam capacidade financeira por si só.

Sistemas financeiros que são mais eficientes na afectação das poupanças dos indivíduos podem afectar profundamente o desenvolvimento económico. Além do efeito directo que a eficiente mobilização das poupanças tem na acumulação de capital, pode também promover a alocação dos recursos e impulsionar a inovação tecnológica.

Através da mobilização efectiva de recursos para projectos, faz com que o sistema financeiro preste um papel crucial ao permitir a adopção de melhores tecnologias e assim encorajar o crescimento, Levine (1997).

2.2.1.2 Alocação dos recursos

Os intermediários financeiros, para além de terem a capacidade de reduzir os custos de informação, também conseguem adquirir, processar e disponibilizar informações sobre os investimentos, evitando assim a selecção adversa diminuindo a probabilidade de investir em projectos não rentáveis.

Através da procura de informações, pode-se proceder à localização e selecção dos empresários com maiores capacidades e hipóteses de ter sucesso, mais empreendedores e inovadores em relação às novas tecnologias no processo produtivo, o que por consequência fomenta a inovação tecnológica que acelera o crescimento económico.

A capacidade de adquirir e processar informações pode ter implicações importantes no crescimento, isto porque, algumas empresas quando solicitam capital aos intermediários e mercados financeiros fazem-no em função daqueles que se revelem mais capacitados na selecção das empresas mais promissoras, e os gestores promovem assim uma melhor alocação de capital e crescimento. (Greenwood e Jovanovic, 1990)

Quando existe um sistema financeiro muito fraco ou no limite a sua não existência, faz com que os custos de informação sejam elevados e os agentes podem ser induzidos para maus investimentos.

Para se fazer uma afectação eficiente dos recursos, é necessário, ter posse e conhecimento de informações adequadas, que dão origem a bons investimentos e assim promover o crescimento económico.

2.2.1.3. Controlar e monitorizar os investimentos

Uma afectação eficiente dos recursos, como já se constatou anteriormente, torna indispensável conhecer e adquirir informações previamente. Contudo, a função de controlo dos investimentos consiste numa fiscalização *ex-post*, realiza-se depois de já se ter afectado o recurso no investimento, o que previne a falta de moralidade e comportamentos oportunistas por parte dos financiados.

Se a relação entre os investidores e os intermediários forem de longo prazo, os custos de aquisição de informação diminuem, pois não se torna necessário a busca constante de informações devido ao vínculo que se forma, o que proporciona o aumento de confiança bem como as concessões de créditos para as empresas produtivas.

2.2.1.4 Gestão de riscos

O sistema financeiro tem a capacidade de fornecer os meios necessários para a diversificação do risco idiossincrático e o risco de liquidez, o que fomenta uma melhor aplicação dos recursos e em investimentos mais rentáveis, bem como a aplicação de tecnologias mais especializadas e produtivas.

Relativamente à capacidade de redução do risco idiossincrático, o sistema financeiro actua no sentido de fazer face à tendência dos agentes económicos escolherem projectos tecnologicamente ineficientes, adoptando assim tecnologias mais flexíveis em detrimento de uma maior especialização e de melhorias de produtividade,

isto porque os agentes são avessos ao risco. Assim, os bancos oferecem aos agentes a possibilidade de deterem uma carteira diversificada de títulos o que tem implicações directas na diversificação do risco. E, a posse de uma carteira altamente diversificada pelos bancos permite oferecer aos seus depositantes um retorno garantido, tal como a implementação de projectos mais arriscados e com retorno mais elevado.

No que diz respeito ao risco de liquidez, que está associado à incerteza dos agentes económicos quanto à conversão dos seus activos em meios de pagamento (facto esse que está relacionada com a assimetria de informação existente), o sistema financeiro intervém para atenuar esta incerteza na medida em que permite aos seus depositantes que sofrem de choques de liquidez, transaccionem directa e indirectamente os seus activos com outros agentes, para além de terem a possibilidade de levantarem os seus depósitos.

O sistema financeiro permite que projectos de longo prazo sejam implementados, devido à confiança provida pelos intermediários financeiros, isto porque os agentes muitas vezes não estão dispostos a perderem o controlo das suas poupanças durante um longo período de tempo.

Os intermediários financeiros permitem que a gestão do risco de liquidez na economia seja mais eficiente, o que implica maiores quantidades de recursos a serem afectados em projectos produtivos.

Segundo Dermigüç e Levine (1996) a existência de um mercado de capital mais líquido é muito relevante no que concerne à redução do risco de liquidez, na medida em que torna o investimento mais atractivo, pois permite aos aforradores a aquisição e

venda mais rapidamente dos activos sem grandes custos, no caso de choque de liquidez, ou vontade de reaver as suas poupanças. Além de trazer outras vantagens, designadamente, permitir às empresas aumentar o capital através da emissão de títulos. Os intermediários financeiros têm a capacidade de diluir os riscos para um nível razoável.

2.2.1.5 Facilitar as transacções dos bens, serviços e contratos

Aliado aos custos de aquisição temos os custos de transacções financeiras, que é um dos problemas que os agentes enfrentam, e que os intermediários financeiros ajudam a resolver. O sistema financeiro disponibiliza instrumentos (como por exemplo a moeda) que permitem a redução destes referidos custos, o que acaba por promover a especialização que pode contribuir para o crescimento económico. Esta pode gerar crescimento económico, quando há presença de rendimentos crescentes à escala, e aumentos de produtividades o que gera grande número de transacções que podem gerar custos, considerando um ambiente de assimetria de informações. Assim, como já foi mencionado anteriormente, os intermediários financeiros reduzem os custos de informação, o que consequentemente acaba por ajudar no aumento da especialização.

O aumento da especialização induzido pela facilidade das transacções pode promover o "learning-by-doing" que consiste no conceito de aprendizagem através da experiência, através da prática repetida de uma mesma acção promove-se o melhoramento na produtividade e o auto-aperfeiçoamento, ainda a especialização de trabalhadores nas suas tarefas individuais promove a inovação. Com uma maior especialização, "os trabalhadores são mais susceptíveis a inventar melhores equipamentos ou processos de produção".

Observando a figura 1 apresenta-se, por último, os *canais de transmissão do crescimento económico*. O sistema financeiro no desempenho das suas funções impulsiona o crescimento. Esta ligação é feita através de dois canais:

2.2.3 Canais de transmissão do crescimento económico

- Acumulação de capital;
- Inovação tecnológica.

A acumulação de capital é vital, uma vez que sem capital não há investimento e sem este não há crescimento económico. A mobilização das poupanças, providenciada pelos bancos, tem um efeito positivo sobre a acumulação de capital. Quando o sistema financeiro possui a capacidade de estimular a formação de capital (através da captação das poupanças), e promove a afectação eficiente dos recursos, garante assim a escolha dos melhores projectos. A boa qualidade na afectação dos recursos nos investimentos mais promissores fomenta aumentos da produtividade e posteriormente o crescimento económico.

Em relação à inovação tecnológica, já foi indicado na descrição das funções do sistema financeiro que o mesmo promove a especialização tecnológica, que induz o aumento da produção.

No desempenho das suas funções, mais concretamente na gestão de risco (idiossincrático), no facilitar as transacções de bens e serviços e contratos, os intermediários financeiros tendem a proporcionar o aumento das inovações tecnológicas, uma vez que as instituições financeiras têm capacidade de reduzir os custos de transacção, os investidores apostam mais em tecnologias menos flexíveis, ou

seja mais especializadas, já que estão protegidos do risco, o que implica maior produção e, consequentemente, efeitos no crescimento económico.

Em suma, conclui-se que as fricções de mercado contribuem para o surgimento dos intermediários financeiros que incentivam o crescimento económico.

2.3 Importância do sector bancário no processo de crescimento económico das economias em desenvolvimento

Como se analisou, um sistema financeiro eficiente é fulcral para o crescimento sustentado da economia. Gurley e Shaw (1955) defendem que o sistema financeiro desempenha um papel profundo no paradigma do desenvolvimento económico, sendo a promoção da acumulação de capital o papel mais proeminente, considerando uma perspectiva histórica.

Na economia moderna, o sistema financeiro direcciona os recursos para projectos que à partida garantem retornos elevados. Sendo assim, e seguindo os pensamentos de Diamond (1984), um bom - “a sound” - sistema financeiro é o que abarca investimento com risco em todos os sectores e ambientes económicos, assim como encoraja os investidores a adquirirem títulos de retorno elevado.

Uma das grandes diferenças entre os países ricos e pobres reside, essencialmente, na eficiência da utilização dos recursos existentes. Onde, a contribuição do sistema financeiro para o crescimento económico está, precisamente, na capacidade de aumentar esta eficiência, sobretudo, nos países em desenvolvimento.

Para haver crescimento económico é necessário então haver investimento. No entanto, a escassez de capital nos países menos desenvolvidos, torna inevitável o recurso ao crédito. Nesta óptica constata-se que, para compreender o funcionamento de qualquer economia, é imprescindível analisar o meio envolvente da procura e oferta de crédito, assim como o papel que os bancos desempenham. Ao restringirmos para uma das vertentes do sistema financeiro, o sector bancário, e mais concretamente os bancos comerciais, verifica-se que são importantes para as economias em desenvolvimento na medida que desempenham a importante tarefa de concessão dos créditos.

Fama (1985) enfatizou a importância dos intermediários bancários, particularmente o papel dos bancos comerciais na promoção de liquidez. Apesar da observação casual que os mutuários que adquirem empréstimos, tipicamente pagam um retorno mais elevado do que o da taxa de mercado de títulos com maturidades semelhantes, para certos tipos de mutuários, os créditos dos bancos são especiais, pois o mercado aberto não é considerado como um substituto perfeito. O autor acrescenta ainda que a característica dos bancos serem credores surge da vantagem comparativa desenvolvida pelos bancos, na recolha de informação sobre os mutuários. Esta vantagem vem desfazer a ideia dos intermediários serem um simples “véu”, uma vez que em determinadas circunstâncias, é a maneira mais eficiente de minimizar os vários tipos de distorções de informações. Aliás, análise coincidente com a realizada por King e Levine (1997).

O crédito bancário assume - se como um vector poderoso, um autêntico meio de desenvolvimento socioeconómico, em particular por duas razões (Cabido, Jacinto, 1999):

- Meios e recursos que mobiliza;
- Influência que exerce.

Efectivamente mobiliza avultadíssimos recursos e fundos, grande parte dos quais representados pelos depósitos, recolhidos dos clientes e de outras fontes nacionais e internacionais, que distribui pelos mais diversos beneficiários agentes económicos e sectores de actividade, criando a moeda e dinamizando os mercados e a economia em geral.

Especialmente pela vasta rede geográfica do sistema bancário, e pela intensa distribuição de crédito, passa a exercer influencia quer nos hábitos de consumo e satisfação de outras necessidades dos indivíduos e empresas, quer ainda, no desenvolvimento das relações comerciais e no apoio ao tecido empresarial.

III. Cabo Verde

3.1. Enquadramento Macroeconómico

Em finais de 2007, Cabo Verde passou de país de baixo rendimento para país de nível rendimento médio (concretização em Janeiro de 2008), sendo o único caso de um país do continente africano com recursos escassos a ser classificado como de rendimento médio, devido às suas políticas e não à existência de recursos naturais. Ainda por sugestão de Portugal e Luxemburgo, Cabo Verde conseguiu uma parceria especial com a União Europeia (UE) tendo ficado acordado, a concessão de estatuto especial para Cabo Verde. A cooperação da UE engloba melhoria da governação, esforços de segurança e estabilidade, integração regional e combate à pobreza. Em 2008 Cabo Verde tornou-se também o membro cento e cinquenta e três da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Cabo Verde assinou em 2004, um contrato de cinco anos com o *Millennium Challenge Corporation*⁵. Este facto foi visto pelos agentes políticos e económicos como um incentivo para o país prosseguir no sentido de promover o crescimento económico.

Este enquadramento institucional tem atraído, nos últimos anos, IDE cuja origem principal é Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido.

⁵ A *Millennium Challenge Corporation* é uma agência financeira do governo norte-americano que fornece apoio financeiro aos países para fazerem face à pobreza. Cabo Verde é um dos beneficiários através do programa Millennium Challenge Account (MCA) cujo financiamento ascende aos 117, 8 milhões de dólares. A iniciativa do MCA visa promover o desenvolvimento sustentado através de investimentos em projectos rentáveis. Cabo Verde goza das regalias da MCA graças ao reconhecimento da boa governação, liberdade económica e democracia.

A população de Cabo Verde é de cerca de 600 000 habitantes (591575) (INE, 2010), localizando-se 70% nas zonas rurais onde predomina a agricultura e a pesca, sectores que contribuem de forma muito reduzida para a formação do PIB. A economia de Cabo Verde está actualmente mais orientada para o sector dos serviços, comércio, transportes e serviços públicos.

Após o incremento do comércio, e a integração financeira na economia mundial, os ciclos de negócios de Cabo Verde encontram - se mais sincronizados com as economias desenvolvidas, no entanto os problemas estruturais persistem. O mercado de trabalho é relativamente rígido e ainda existem alguns preços administrados, como é o caso do sector de energia. Quanto às fontes de financiamento estrangeiro as remessas dos emigrantes continuam sendo importantes para o país, contudo tem-se verificado uma tendência decrescente desde 2006.

O crescimento sustentado que se tem verificado na última década deve-se em grande parte ao crescimento do sector dos serviços, nomeadamente transportes, hotelaria e restaurantes, comunicação, e também a aumentos das despesas referentes à educação, assim como a melhorias institucionais. De facto, a importância do sector serviços, especialmente do turismo, é evidente. (Lourenço e Foy, 2003).

O turismo é um importante sector de actividade da economia quando aliado à estabilidade política e económica e à paridade da moeda nacional com o *euro* que se tornou numa mais-valia importante para o país. Como o turismo é uma actividade económica pró-cíclica a dependência excessiva deste sector aumenta a volatilidade da produção, a não ser que esta seja compensada pela exportação de bens e serviços. O

facto do escudo cabo-verdiano estar indexado ao euro desde 2002⁶ faz com que a taxa de inflação seja baixa.

Em termos de risco, o país vem sendo regularmente avaliado pelas agências internacionais de *rating*. Após a última avaliação (Maio de 2010) efectuada pela agência *Fitch Ratings* confirmou o risco soberano de Cabo Verde em “B+” com uma perspectiva estável. No que respeita à dívida pública do Governo de Cabo Verde, a *Fitch Ratings* manteve a classificação da dívida externa de longo prazo em “B+” e da dívida interna em “B-”. Esta classificação confirmou a solvência do Governo e a confortável posição financeira em relação ao exterior, evidenciada pelo nível de reservas externas medida em meses de importações, num contexto de crise financeira internacional, quando o *stock* da dívida atingiu os 60% do PIB, em 2009.

De acordo com a última revisão da agência de notação financeira S&P – *Standards & Poor's*, a classificação de Cabo Verde passou de estável para negativa, pois segundo essa Agência o aumento do desequilíbrio externo e do desequilíbrio orçamental aumenta o risco da sustentabilidade do serviço da dívida de longo prazo, que passou de 67,6% do PIB em 2008 para 77,1% em 2009.

Em suma, na primeira década do século XXI, Cabo Verde passou para um nível de rendimento médio, apresentando outra inserção no contexto das organizações internacionais. O sector dos serviços apresenta-se como um dos sectores chave neste desenvolvimento tendo captado investimento estrangeiro. Tal como em finais do século XIX os mercados emergentes atraíam IDE que se direccionava essencialmente para o

⁶ Desde 1998 o escudo já se encontrava indexado ao escudo português no âmbito do Acordo de Cooperação Cambial celebrado entre os Governos português e caboverdiano.

sector das infra-estruturas, um século mais tarde outros sectores motores de crescimento canalizam esse investimento estrangeiro. A integração e/ou acomodação em organizações internacionais tem propiciado o ambiente institucional necessário para esse mesmo IDE.

3.2. Evolução do Sector Bancário de Cabo Verde

O sistema bancário cabo-verdiano, antes da década de 1990, caracterizava-se por ser um sistema rudimentar e pouco competitivo, centralizado especialmente num único banco, o Banco Central de Cabo Verde. Por outras palavras tratava-se de um sistema mono-bancário.

A partir de 1990 iniciou-se um longo processo, visando a reestruturação do sistema financeiro do país impulsionado pela publicação dos Decretos-Lei n.º 52 - D/90, 52 - E/90 e 52 - F/90, de 04 de Julho, que preconizavam: a desafecção do Banco de Cabo Verde, por decreto do Governo, das funções comercial e de desenvolvimento aproximando este de um efectivo Banco Central; a fixação de um quadro legal para o exercício da actividade bancária e de crédito, prevendo a possibilidade de existência de bancos comerciais privados e a regulação do acesso à actividade seguradora, abrindo o sector à iniciativa privada. Acompanhando assim a corrente de transformações dos sistemas bancários dos países da África subsaariana, como por exemplo Angola, que conviviam com novas perspectivas de mudança onde o exercício da supervisão bancária assumia um papel de relevo.

O início da liberalização, condicionado pela maior abertura do país à iniciativa privada proporciona a movimentação de capitais entre mercados, o que constitui um factor importante na medida em que o mercado aberto é a oportunidade de cada sistema financeiro doméstico para a aplicação de capitais se tornarem internacionais o que abre caminhos para a integração financeira a nível internacional.

Segundo Sicsú, João (2006), os defensores da liberalização financeira, como é o caso do FMI, argumentam que o processo pode trazer muitas vantagens para os países, principalmente para os países não desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, pois as extinções das barreiras que impedem a livre circulação de capitais, permite uma redistribuição de capital, já que há a possibilidade de transferência de capital dos países ricos para os países com carência, o que à partida poderá aumentar a poupança disponível para o investimento.

É da competência do governo, através do Banco Central de Cabo Verde, o papel de definir e superiormente executar a política de regulação e supervisão do sistema financeiro. Esta política integra vários poderes (superintendência, supervisão, saneamento e disciplina) de intervenção na gestão das instituições financeiras, assim como a definição das taxas de juro.

A lei Orgânica do Banco de Cabo Verde (Lei n.º 10/VI/2002 de 15 de Julho) enuncia as atribuições do Banco relativas ao exercício de funções de supervisão. A Legislação implementada em 2002 concedeu maior independência ao banco central e eliminou o financiamento do défice orçamental através do banco central.

3.3. Estrutura do Sistema Bancário em Cabo Verde

Esta abertura do sector permitiu a criação de um conjunto diversificado de instituições financeiras, nomeadamente instituições bancárias, parabancárias, seguradoras e a bolsa de valores (ainda embrionária). Por sua vez, o sistema financeiro é constituído maioritariamente por capital de propriedade estrangeira (portuguesa).

A configuração do sector financeiro é a seguinte:

3.3.1 Sector Bancário

No segmento *onshore*, evidenciam-se o Banco Comercial do Atlântico (BCA), a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV), o Banco Interatlântico (BI), O Banco Caboverdiano de Negócios (BCN), e o mais recente, o Banco Africano de Investimentos (BAI), o Ecobank – Cabo Verde e o Banco Espírito Santo Cabo Verde (BESCV). Destes, os três maiores bancos são:

- O Banco Comercial do Atlântico, SARL (BCA) com um capital social de 1 milhão de contos, uma rede de 23 agências que cobre todas as ilhas do arquipélago e está implantado em quase todos os concelhos do país. A sua estrutura accionista compreende o Consórcio Caixa Geral de Depósitos/Banco Interatlântico (52,5%), Estado (10%), empresa seguradora Garantia (12,5%), Trabalhadores (3,1%) e outros accionistas (21,9%);

- A Caixa Económica de Cabo Verde, SARL (CECV) com 348 mil contos de capital social, 12 agências nas principais ilhas do país e 12 delegações dos correios (a CECV exerce a sua actividade aproveitando a rede dos serviços de Correios e Telecomunicações). A sua estrutura accionista integra Instituto Nacional de Previdência

Social (29,26%), Montepio Geral - Associação Mutualista (17,55%); Montepio Geral Caixa Económica (9,77%), Correios (14,99%), empresa seguradora Impar (11,03%), Privados cabo-verdianos (7,6%), Outros subscritores (7,02%) e trabalhadores (2,78%);

- O Banco Interatlântico, com um capital social de 600 mil contos e tendo como principais accionistas a Caixa Geral de Depósitos (70%) e privados cabo-verdianos (30%). BCV (2010)

No segmento *offshore*, encontram-se a operar nove Instituições Financeiras Internacionais, licenciadas para desempenharem actividades bancárias.

3.3.2 Sector Parabancário

Quanto ao ramo Parabancário, contabilizam-se oito instituições do segmento *onshore* e uma *offshore*, respectivamente, uma sociedade gestora de capital de risco - A Promotora; três agências de câmbio - Cotacâmbios de Cabo Verde, Arisconta Câmbios, Lda. e Girassol Câmbios, Lda., estando as duas últimas ainda em processo de registo; uma sociedade emissora de cartões e de intermediação bancária do sistema de pagamentos SISP; uma sociedade de leasing - Promoleasing Sociedade de Locação Financeira, S.A; duas sociedades gestoras de fundos mobiliários - CA Finance - Gestão de Activos e Innovation Box - Sociedade de Gestão Financeira; uma agência de transferência de dinheiro – Global Money Transfer – Cabo Verde, S.A., que se encontra em processo de registo.

3.3.3. Sector segurador

É composto por duas seguradoras, A Ímpar e a Garantia.

3.3.4.Fundos de investimento

Constituído por duas empresas, A Europredial e a Diverinvest.

3.3.5. Sector de Segurança Social

Instituto Nacional de Previdência Social.

3.3.6.Mercado de capitais

A Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC), criada em 1999, apresenta uma lista de 44 títulos públicos do Tesouro e quatro empresas locais. A bolsa utiliza uma plataforma Euronex e um modelo de funcionamento que combina os sistemas de leilão e citação dirigida. Os valores mobiliários negociados na bolsa de valores são desmaterializados e todas as operações são realizadas por intermédio das contas bancárias dos membros. A bolsa é propriedade do governo, BCV (2010)

3.3.7 Serviços prestados por intermédio dos Correios

CECV é um dos quatro bancos comerciais de Cabo Verde. Seu predecessor, a Caixa Económica Postal (CEP), era uma instituição de Cabo Verde de Correios e Telecomunicações, que prestava serviços bancários limitados. Essa instituição deixou de funcionar em 1986. Devido à estratégia de localização das filiais do escritório muitos postos dos correios foram mantidos pelo que os funcionários dos correios prestam serviços em nome da CECV. Aquando da abertura de contas eles colectam informações do cliente e enviá-lo para a CECV ramo com o qual ele é filiado. A *Due*

*Diligence*⁷ é executada pelo banco e não pelos correios. A CECV entrou em acordo com os Correios para usar sua rede de agências para a prestação de serviços bancários. Isto acontece geralmente em áreas onde CECV não tem sucursais BCV (2011).

3.3.8 Micro - Finanças

É um mecanismo que permite canalizar recursos para as pessoas que não reúnem condições necessárias para conseguir um crédito bancário, no entanto tem intenções de desenvolver uma actividade económica. O micro-crédito é mais do que um simples pequeno crédito, pois destina-se a pessoas que pretendem realizar um investimento próprio, de forma a criar um negócio e que gere empregos. Para além disso a iniciativa de investimento tem de mostrar potencialidade em transformar-se numa actividade sustentável que seja capaz de garantir excedentes de rendimentos de modo a salvaguardar o retorno do capital emprestado.

Este conceito é relativamente novo em Cabo Verde, sendo a CECV, o único banco comercial responsável pelo micro-crédito no país. O Programa de Formação e Empréstimos a Micro – Empresas, é a linha de crédito com maior impacto levado a cabo, tanto a nível do montante de créditos concedidos como a nível dos beneficiários e da taxa de reembolso.

A implementação do micro – crédito em Cabo Verde por parte da CECV foi feita com base em acordos com cooperações internacionais, o que explica o facto dos outros bancos comerciais não apresentarem sistemas de micro – crédito já que os custos administrativos elevados e problemas de resolução constituem entraves à partida.

⁷ A *Due diligence* consiste no levantamento e pesquisa de informações relevantes da empresa acerca dos recursos disponíveis, oportunidades de negócios e riscos associados ao passado, presente e futuro que de alguma forma influenciam os custos de caixa da empresa.

3.4. Grau de concentração e nível de bancarização do sistema bancário

A predominância das instituições bancárias *onshore*, é evidente no sistema financeiro, os seus activos representam cerca de 98% do peso do PIB (BCV, 2008). O que remete para uma das características principais do sector bancário caboverdiano, o facto de possuir liquidez, ser muito concentrado, e girar em torno dos seus dois principais bancos, o BCA e a CECV. Esta forte concentração tem como contraponto a dependência da estabilidade do sistema financeiro destes dois bancos, como se pode constatar pela leitura da tabela III-1.

Tabela III - 1 Quota de mercado do sector bancário – 2008

	Total depósitos	Total de créditos
BCA	56,60%	46,90%
CECV	29,80%	29,00%
BI	13,09%	11,97

Fonte: Relatórios anuais do BCA, CECV, BI (ano 2008)

Constata – se então que, a reestruturação do sector financeiro de Cabo Verde promoveu crescimento do sector mediante a abertura do mesmo à iniciativa privada, como se referiu em secção anterior, apesar do mesmo continuar bastante concentrado.

Concluí – se que a falta de concorrência no sector bancário e o domínio subsequente do BCA influencia negativamente a eficiência da intermediação financeira.

Ao longo dos últimos anos, a CECV tem seguido uma estratégia mais agressiva nos mercados de empréstimo e de depósito, o que resultou em um aumento de quotas de mercado de 6 para mais de 29%. Isso melhora a competição, embora tenha levado a um sistema de quase puro duopolística no sector bancário.

Mas analise-se de forma mais cuidada essa evolução, para o período em estudo, considerando um conjunto de outros indicadores (tabela III-2).

Tabela III - 2 - Evolução do sector bancário

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Nº de bancos *	4	4	4	4	4	4	4	4	4	5	5
Nº de balcões	25	30	30	35	38	39	42	44	51	59	81
Total de depósitos **	28.515	27.701	36.392	40.802	46.895	52.142	58.617	68.182	81.881	92.378	99.266
Total de créditos ***	11.414	14.254	16.340	18.485	21.662	25.178	27.610	32.667	43.121	50.646	65.968

Fonte: BCV, (1998 a 2008)

* Refere – se aos bancos do segmento onshore

e* valores expressos em milhares de contos

Apesar do número de bancos ter permanecido relativamente estável, a rede bancária mais do que triplicou, significando que em 2008 existia uma agência bancária por 7 303 habitantes (contra os 23 663 habitantes por agência, em 1998). Logo, a malha bancária tornou-se mais apertada revelando um sistema bancário em difusão. Isso explica o comportamento ascendente verificado nos depósitos. Em 2008, os cerca de 100 000 milhares de contos em depósitos traduzem uma canalização das poupanças para formas rentáveis decorrente de uma maior presença e, certamente, confiança das populações num sistema bancário que se foi difundindo. O desenvolvimento

tecnológico verificado também explicará este crescimento. As inovações nas infra-estruturas e nos canais tradicionais de acesso a serviços e meios de pagamentos, exemplificando, a rede de caixa automática (rede 24 – ATM), serviços de pagamentos automáticos (POS)⁸, *home banking*, implementação da SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications), contribuíram para a melhoria e diversificação dos serviços oferecidos pelo sector bancário e para a sua própria expansão. Confrontando, por último, a evolução dos depósitos e créditos a taxa de crescimento média anual dos depósitos foi de 12%, enquanto a dos créditos foi de 17%. Com se irá analisar no capítulo seguinte, isto revela o dinamismo de um sector bancário cuja evolução se afigura notória na primeira década do século XXI.

⁸ Os POS são terminais onde se realizam os pagamentos automáticos, cuja função é a execução de transacções comerciais, por meio de transferências electrónicas da conta do cliente para o comerciante.

IV. Evidência Empírica

4.1 Metodologia

Para analisar o papel influenciador do sector bancário no crescimento de Cabo Verde, durante os anos 1998-2008, recorreu-se à seguinte metodologia:

- Análise dos rácios financeiros, Realey e Myers (1997), para avaliar a robustez do sector bancário em termos de rendibilidade, liquidez, solvabilidade e eficiência. Os resultados permitem uma avaliação do sector em termos de capacidade para financiar o crescimento económico.
- Análise dos rácios propostos por Levine (1997), que constitui um complemento à análise anterior, através do qual se pretende estudar o nível de relação existente entre o sector bancário e o crescimento económico, mais concretamente o financiamento da banca à actividade económica.
- Análise da actividade creditícia através do confronto dos valores dos créditos com os valores de outras variáveis significativas, nomeadamente, taxas de juro, depósitos, PIB.
- A análise do crédito ventilada por sectores de actividade, tendo por objectivo determinar o papel do sector bancário no financiamento dos sectores chave da economia.

Este estudo será desenvolvido para o sistema bancário no período 1998-2008, apesar de algumas destas análises não poderem ser realizadas, por ausência de dados, para a totalidade do período.

Para se efectuar as análises supracitadas, foram utilizadas como material de base, os relatórios de contas, relatórios de estabilidade, balanços, sínteses monetárias do BCV, e dos outros bancos comerciais quando disponíveis, e os quadros estatísticos da INE.

4.2. Rácios financeiros

A análise vai ser efectuada recorrendo a indicadores que possibilitam uma caracterização abrangente do sector bancário em termos de rendibilidade, liquidez, solvabilidade e eficiência. A consideração destes rácios justifica-se pela sua importância na atribuição de significado às informações obtidas e pela forma como facilita as comparações inter-temporais.

4.2.1. Rendibilidade do sector

Pode ser medida pelos indicadores:

- i) ROA (return on assets)

Este rácio obtém-se através da divisão entre os resultados líquidos e os activos médios do total do sector bancário. O resultado permite analisar a capacidade dos bancos para a afectação eficiente dos seus activos e pode ser utilizada como medida comparativa dos bancos (neste caso os valores do ROA referem-se ao sector bancário no seu todo). A fórmula correspondente é a seguinte:

$$ROA = \frac{\text{Resultados líquidos}}{\text{Activos médios}}$$

ii) ROE (return on equity)

Este indicador permite quantificar os rendimentos obtidos pelo banco na óptica dos accionistas, bem como a mensuração da eficiência dos bancos em gerar lucros a partir da sua situação líquida. Para calcular este rácio procede-se à divisão dos resultados líquidos pelos capitais próprios médios do total do sector bancário. Para melhor compreensão pode-se efectuar a decomposição da rendibilidade dos capitais próprios de três formas, de acordo com o modelo de Sinkey:

$$a) \quad ROE = \frac{\text{resultados líquidos}}{\text{capitais próprios médios}}$$

$$b) \quad ROE = ROA * EM = \frac{RL}{A} * \frac{A}{CP}, \text{ em que,}$$

ROA – rendibilidade do activo

EM – equity multiplier (efeito alavanca financeira);

RL – resultado líquido consolidado;

A – total dos activos;

CP – capital próprio.

E finalmente a última decomposição:

$$c) \quad ROE = PM * AU * EM = \frac{RL}{PB} * \frac{PB}{A} * \frac{A}{CP}$$

Em que,

PM – Profit margin (rendibilidade dos proveitos)

AU – asset utilisation (rotação dos activos)

PB – produto bancário

4.2.2 Liquidez do sistema e solvabilidade

a) Liquidez imediata

Mede a capacidade das instituições (neste caso do sector bancário) fazerem face às suas necessidades de curto prazo, utilizando apenas as suas disponibilidades (depósitos, caixa e títulos negociáveis). A expressão de cálculo é a seguinte:

$$Liquidez\ imediata = \frac{disponibilidades}{passivo\ circulante}$$

b) Liquidez geral

É o indicador da capacidade da instituição em satisfazer as suas obrigações de curto prazo, mostrando em que medida os passivos circulantes se encontram cobertos pelos activos circulantes, os quais se tem a expectativa de poderem ser transformados em meios financeiros líquidos num período não superior a um ano.

$$Liquidez\ geral = \frac{Activo\ circulante}{passivo\ circulante}$$

c) Solvabilidade

O rácio de solvabilidade mede a capacidade dos bancos em solver as suas obrigações de médio e longo prazo. Em situação de “*ceteris paribus*” quanto mais elevado for este rácio maior é a estabilidade, por isso pode ser utilizado como um indicador de solidez.

A fórmula é a seguinte:

$$\text{Rácio de solvabilidade} = \frac{\text{capitais próprios}}{\text{capital alheio (passivo)}}$$

d) Eficiência (“ *Cost to Income* ”)

Este rácio calcula a proporção dos custos operacionais em relação aos proveitos da actividade operacional, ou seja, contabiliza parte da riqueza que é captada pelos custos de funcionamento, traduzindo a relevância dos custos no produto. É um indicador utilizado, normalmente, pelos bancos para medir a eficiência na actividade corrente

$$\text{Rácio de eficiência} = \frac{\text{custo de transformação ou operacionais}}{\text{produto bancário}}$$

Aplicando estas noções ao sistema bancário caboverdiano, obtivemos os seguintes resultados representados na tabela seguinte:

Tabela IV - 1 Resultado dos rácios financeiros – Sector bancário de Cabo Verde

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
ROA	1,09%	0,96%	1,08%	1,07%	1,10%	0,91%	0,91%	0,49%	0,81%	1,23%	1,31%
ROE	14,29%	13,73%	16,42%	18,77%	19,82%	16,65%	16,65%	9,48%	15,62%	21,74%	21,32%
Liquidez Imediata							65,40%	56,61%	44,89%	41,94%	44,49%
Liquidez Geral							29,14%	33,32%	31,29%	31,65%	27,18%
Rácio de Solvabilidade									11,08%	11,35%	11,11%

Fonte: BCV (2008)

Nota: Mediante a insuficiência de dados do BCV, não foi possível apresentar os cálculos dos rácios para todos os anos em análise.

Atendendo à definição dos rácios de rentabilidade, ROA e ROE, normalmente o aumento das suas percentagens evidenciam uma melhor situação do sistema bancário. No entanto, em Cabo Verde a evolução dos mesmos ao longo dos anos em análise, não tem sido constante, pois em 2005, para ambos os indicadores, os valores foram os mais baixos de sempre. Contudo no último biénio, 2007-2008, os valores apresentaram melhorias, acompanhando assim a dinâmica verificada na economia nacional. Nos últimos dois anos os bancos apresentaram maior capacidade em gerar retornos com os seus activos confirmados pelos valores da ROA e o ROE, relativamente superiores ao ponto de partida.

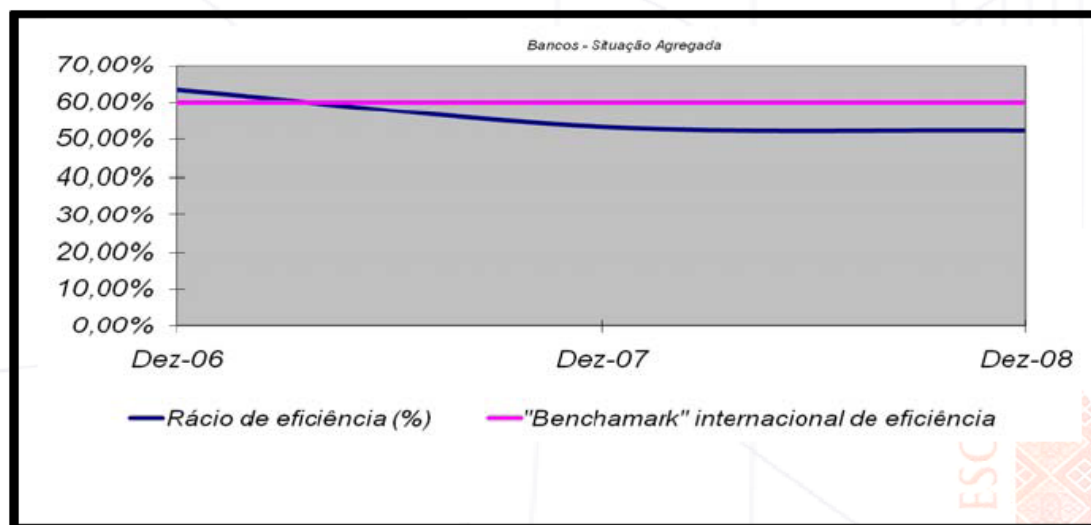
Analisando os resultados relativos ao rácio financeiro liquidez geral, verifica-se que o sector bancário ultrapassou os 20% de referência (BCV 2008) nos últimos 5 anos analisados, ou seja, o sector demonstra capacidade de fazer face aos seus compromissos de curto prazo. Relativamente aos resultados do rácio de liquidez imediata, que compara a capacidade das disponibilidades em cobrir os passivos circulantes, uma medida de liquidez mais restritiva, verifica-se que as disponibilidades representam uma parte

significativa do peso sobre os passivos de curto prazo pois, os valores situam-se na ordem dos 40%, o que confere liquidez ao sector. Em termos de liquidez constata-se então que o sistema bancário caboverdiano possui capacidade de dispor de fundos para fazer face aos compromissos.

De notar, precisamente, que o ROA e o ROE são mais baixos quando a liquidez é mais alta, ou seja, o biénio 2004-2005 representou um período de afectação menos eficiente dos activos e, consequentemente, de menor eficiência do sector bancário, sob o ponto de vista dos accionistas.

No que diz respeito ao rácio de solvabilidade que, quanto mais elevado maior será a facilidade e segurança dos credores reaverem os seus créditos em caso de dissolução ou liquidação, os valores situam-se nos 11%. Confirma-se que os valores obtidos se encontram acima dos 8% exigidos pelo Acordo da Basileia, como também dos 10% mínimos regularmente exigidos (BCV 2008). Portanto, o sector bancário demonstra relativa capacidade de solver os seus compromissos de médio e longo prazo.

Em relação ao rácio de eficiência, *cost to income ratio*, pode-se efectuar a análise da sua evolução dos últimos três anos através do seguinte gráfico:

Gráfico IV - 1 Eficiência do sector bancário

Fonte: BCV (2008)

Em termos médios e globais, a eficiência do sistema encontra-se acima dos 50%, consequência da sua rendibilidade, traduzindo-se assim em ganhos de eficiência, que conduzem o sistema bancário nacional ao encontro de uma posição favorável em relação ao *benchmark* internacional de eficiência. Note-se que em Dezembro de 2006 o rácio de eficiência do sistema bancário de Cabo Verde diminuiu passando a estar ligeiramente abaixo da medida de eficiência internacional. Esta posição revela que o sistema bancário cabo-verdiano está com um crescimento do produto bancário superior aos custos operacionais, ou seja, com ganhos de eficiência.

Desta análise dos rácios financeiros conclui-se que, o sector bancário caboverdiano revelou, ao longo da década de 2000, uma situação de estabilidade, podendo esta ser considerada uma pré-condição para o crescimento sustentável de mais longo prazo.

4.3 Rácios propostos por Levine

Levine, (1997) propõe quatro indicadores através dos quais é possível avaliar o sistema financeiro e analisar em que medida o nível do desenvolvimento financeiro pode prever no longo prazo o crescimento económico, a acumulação de capital e o crescimento da produtividade. Ou seja, os indicadores, a descrever seguidamente, servem para avaliar o funcionamento do sistema financeiro e a sua capacidade em promover o crescimento económico:

i) DEPHT

É o indicador que mede a dimensão dos intermediários financeiros. Mede o peso do passivo líquido do sistema no PIB. O rácio é obtido da seguinte forma:

$$\text{DEPHT} = \frac{\text{passivo líquido}}{\text{PIB}}$$

ii) BANK

É o indicador que permite conhecer o grau de concessão dos créditos dos bancos comerciais face ao banco central. O pressuposto subjacente a este indicador é o de que os bancos comerciais são mais susceptíveis de proporcionar o desempenho das funções do sistema financeiro do que o banco central. Assim tem-se a fórmula correspondente:

$$\text{BANK} = \frac{\text{crédito interno dos bancos comerciais}}{\text{crédito dos bancos comerciais} + \text{crédito do banco central}}$$

iii) PRIVATE

Através desta medida obtém-se o peso dos créditos para o sector não financeiro, ou seja, os créditos canalizados para os diversos sectores da economia, sobre o total dos créditos concedidos pelos bancos de depósito.

$$PRIVATE = \frac{\text{crédito para o sector não financeiro}}{\text{total de crédito interno}}$$

iv) PRIVY

Este indicador é obtido através do rácio entre o crédito privado, o crédito concedido para o sector privado para auxiliar as empresas na satisfação das suas necessidades de financiamento, e o valor do PIB.

$$PRIVY = \frac{\text{crédito privado}}{PIB}$$

O pressuposto subjacente a estes indicadores é o de que os sistemas financeiros que canalizam maior número de crédito para o sector privado estão mais envolvidos no processo de crescimento económico.

4.3.1 Análise de resultados – Rácios de Levine

A análise dos valores correspondentes aos rácios acima referidos, vai ser efectuada com base nos valores de referência proposto pelo Levine (1997). Os resultados podem ser visualizados nas tabelas que se seguem:

Tabela IV - 2 Valores de referência dos Indicadores Financeiros – Levine (dados para 1985)

Indicadores	Muito Rico	Rico	Pobre	Muito Pobre
DEPTH	0,67	0,51	0,39	0,26
BANK	0,91	0,73	0,57	0,52
PRIVATE	0,71	0,58	0,47	0,37
PRIVY	0,53	0,31	0,2	0,13
RGDP85*	13053	2376	754	241

Fonte: Adaptação de Levine

* Valores expressos em dólares americanos

Tabela IV - 3 Resultados de ‘Rácios Levine’ para Cabo Verde

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
DEPHT	0,64	0,66	0,72	0,72	0,77	0,81	0,83	0,82	0,78
BANK	0,75	0,78	0,82	0,82	0,84	0,88	0,95	1,02	1,01
PRIVATE	0,32	0,33	0,33	0,33	0,35	0,55	0,63	0,76	0,85
PRIVY	0,30	0,32	0,34	0,36	0,38	0,38	0,43	0,44	0,51
PIB_{P/C} R*	61,66	64,14	66,02	71,31	75,03	81,63	89,75	95,28	105,93
PIBP/C R**	520,3649	512,651	627,894	728,43562	926,8191	873,3187	1071,987	1272,1	1337,011

Fonte: INE, BCV (2008)

* Valores expressos em contos

** Valores expressos em dólares americanos

Efectuando uma análise dos resultados obtidos, verifica-se que em relação ao DEPHT, a sua evolução foi positiva até 2006, isto porque nos últimos dois anos analisados, o rácio sofreu uma ligeira queda, isso pode ser explicado pelo facto da taxa de crescimento do PIB (10,29% e 13, 11%) ser superior ao do passivo líquido do sector bancário (9,73% e 7,91%). Os valores de DEPHT quando confrontados com os valores de referencia Levine para todos os anos em análise, sugerem que o sector bancário está

a nível de um país muito rico. Donde, a dimensão dos intermediários financeiros, em Cabo Verde é elevada.

Quanto ao BANK constata-se que até ao ano de 2005, o sector situava-se no patamar dos países ricos em relação a este rácio e, a partir de 2006 ascende para os países muito ricos. Atendendo à definição do rácio considera-se que esta situação pode estar relacionada com o facto do crédito interno do BCV ter diminuído consideravelmente nos últimos três anos (ver anexo III), chegando mesmo a atingir valores negativos (os valores negativos foram fortemente condicionados pelos valores negativos da rubrica crédito líquido às outras instituições monetárias que constam no balanço do BCV).

Relativamente ao PRIVATE, nota-se que houve um crescimento gradual, o sector bancário nos anos de 2000 a 2004 situava-se na categoria dos mais pobres, em 2005 pobre, 2006 rico e nos dois últimos anos passou para resultados que equivalem ao dos países muito ricos. O que revela um aumento do crédito dos bancos comerciais em relação ao crédito total concedido pelo sistema, influenciado em grande parte pelos aumentos do crédito a habitação (ver tabela IV-11) que como iremos analisar mais à frente teve grande influencia sobre os créditos as instituições não financeiras.

Mediante uma análise do rácio PRIVY, verifica-se que os valores apontam o sector bancário para a categoria de rico, em todos os anos, confirmando a preferência do sector bancário em canalizar os créditos para o sector privado, cujo peso sobre o PIB vem progredindo anualmente.

De notar que, os valores do PIB *per capita* real (é o valor do PIB deflacionado e dividido pelo total dos habitantes) encontram – se deflacionados através do IPC com base no ano de 1989, o que nos dá uma aproximação aos valores do PIB per capita real de referencia propostos por Levine, já que os valores deste autor referem-se a 1985. Assim, ao confrontarmos os valores da tabela IV-3, com os valores de referência (tabela IV-2), notamos que houve uma evolução positiva, pois até 2003, os valores apontavam que o país estava inserido na categoria dos países pobres. A partir deste período, houve uma transição em que se pode afirmar que Cabo Verde deixou de ser pobre, contudo ainda não está inserido no grupo de países ricos, encontra – se numa categoria intermédia entre rico e pobre. (Actualmente o país é considerado de desenvolvimento médio).

Em suma, considerando estes indicadores propostos por Levine, afigura-se que Cabo Verde enquanto país de desenvolvimento intermédio a partir de 2007, conseguiu uma evolução dos indicadores relativos ao sistema bancário que espelham uma evolução francamente positiva do envolvimento do sistema bancário no desempenho económico, sem com isto se querer afirmar qualquer sentido de causalidade aqui não testada econometricamente.

O complemento à análise dos rácios de Levine era do nosso desejo a estimação de uma equação linear múltipla, em que a variável dependente seria o PIB, sendo as variáveis explicativas os rácios, DEPHT, BANK, PRIVATE e o PRIVY, já calculados anteriormente. No entanto, dada a existência de um número limitado de dados relativamente à variável PIB, visto que os valores são calculados anualmente, e como a nossa análise se restringe a uma janela temporal de dez anos, significa que apenas se

teriam onze observações relativas ao Produto, ainda que para os rácios fosse possível calcular os valores mensalmente. A incompatibilidade temporal dos dados da variável dependente e as explicativas não torna possível a estimação de uma equação suficientemente bem especificada, pois o número de dados é demasiado reduzido.

4.3.2 Análise de correlação entre as variáveis

O objectivo desta análise consiste em testar a existência de associação linear entre a variável PIBR, e as outras variáveis de Levine, através do coeficiente de correlação linear de Pearson. Os resultados foram obtidos através do programa eviews e, encontram - se na tabela abaixo:

Tabela IV - 4 Correlação entre as variáveis Levine

	DEPHT	PRIVATE	PIBR	PRIVY	BANK
DEPHT	1,00	0,69	0,81	0,79	0,52
PRIVATE	0,69	1,00	0,95	0,97	0,93
PIBR	0,81	0,95	1,00	0,98	0,90
PRIVY	0,79	0,91	0,98	1,00	0,87
BANK	0,52	0,93	0,90	0,87	1,00

Fonte: INE, BCV (2008)

Podemos observar que todas as variáveis (DEPHT, PRIVATE, PRIVY e BANK), estão correlacionadas positivamente com o PIBR, de forma moderada (quando os valores situam entre 0,3 e 0,7) ou fortemente (quando os valores estão acima de 0,7).

Salienta – se que o facto de existir correlação entre as variáveis não significa causalidade (relação causa – efeito).

4.4. O crédito bancário

Passando, seguidamente, para um terceiro nível de análise, no intervalo temporal 1998-2008, o crédito total cresceu em média 17,32% por ano, a mesma tendência se verificou com os indicadores depósitos total dos bancos e activo líquido total, que cresceram em média 12,62% e 13,29%, respectivamente. (ver gráfico IV-2).

De uma forma geral, o crescimento dos créditos deve-se ao aumento da fatia respeitante ao sector privado que por sua vez, pode ser explicado por um conjunto de factores, no entanto um dos mais importante, será a redução das taxas de juros. Logo, assiste-se a um crescente aumento do endividamento do sector privado que pode ser confirmado pelo facto da taxa de crescimento do crédito total ser superior a taxa de crescimento do PIB. O rácio do crédito total/ PIB tem ganho cada vez mais expressão, em 2000 foi de 25,32%, no ano 2005 foi de 36,43% e em 2008 atingiu os 50,61%.

Contudo, neste contexto evidencia-se um facto novo, a emergência da rubrica crédito a não residentes, factor este que poderá estar relacionado com as evoluções ocorridas no sector do turismo, mais concretamente a imobiliária turística e ao sector da construção, que se verificou nos últimos anos, o que aponta para a internacionalização cada vez maior dos bancos residentes. O crédito ao exterior em 2006 situava-se nos 0.5 milhões de contos, e em 2008 o valor ascendeu aos 1.8 milhões de contos, o que reflecte um crescimento médio de 90%.

A modalidade dos créditos concedidos é maioritariamente de médio e longo prazo, como se pode comprovar na tabela seguinte:

4.4.1 Tipologia dos créditos concedidos

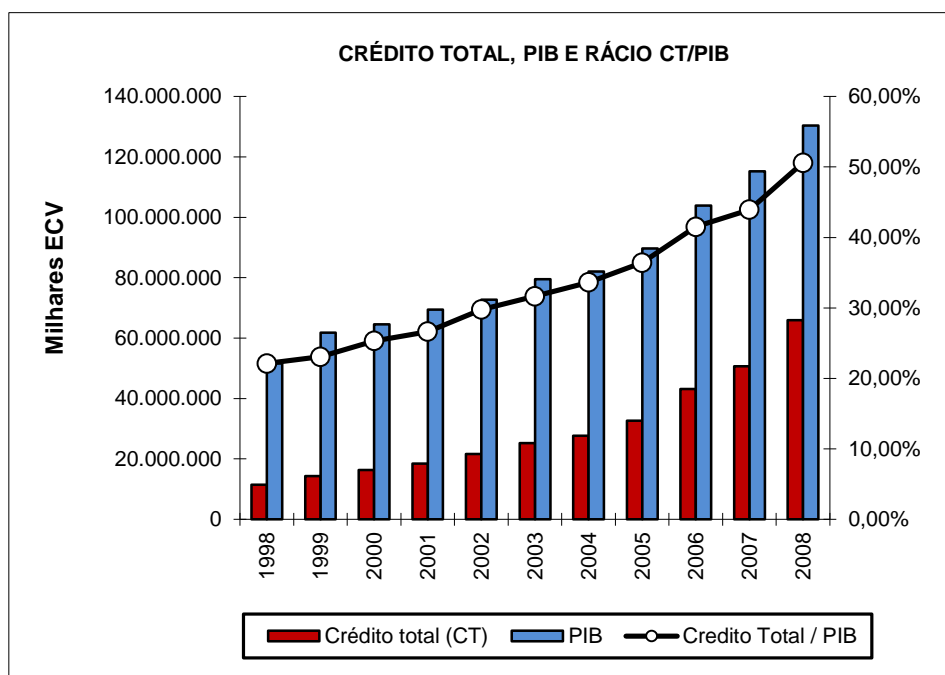
Tabela IV - 5 Evolução dos créditos concedidos por prazos

	2007				2008				2009			
	CP		M/LP		CP		M/LP		CP		M/LP	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
BCA	7520	54,45%	6292	45,55%	5552	42%	7744	58,2%	3824	28%	9748	72%
CECV	894	6,30%	13353	93,70%	1875	10,4%	16076	89,6%	N/A	N/A	N/A	N/A
BIA	161	3,10%	5030	96,9%	296	3,80%	7495	96,20%	593	6%	8768	94%

Fontes: relatórios anuais do BCA, CECV, BIA

Efectuando uma análise da tabela acima, dos três anos em estudo, verifica-se que os três maiores bancos estão mais inclinados para a oferta de créditos de médio e longo prazos, mais adequados a financiamento à actividade económica, pois apesar de o BCA deter uma maior percentagem de créditos de curto prazo, em 2007, não contraria a tendência verificada.

Gráfico IV - 2 PIB e Crédito Total

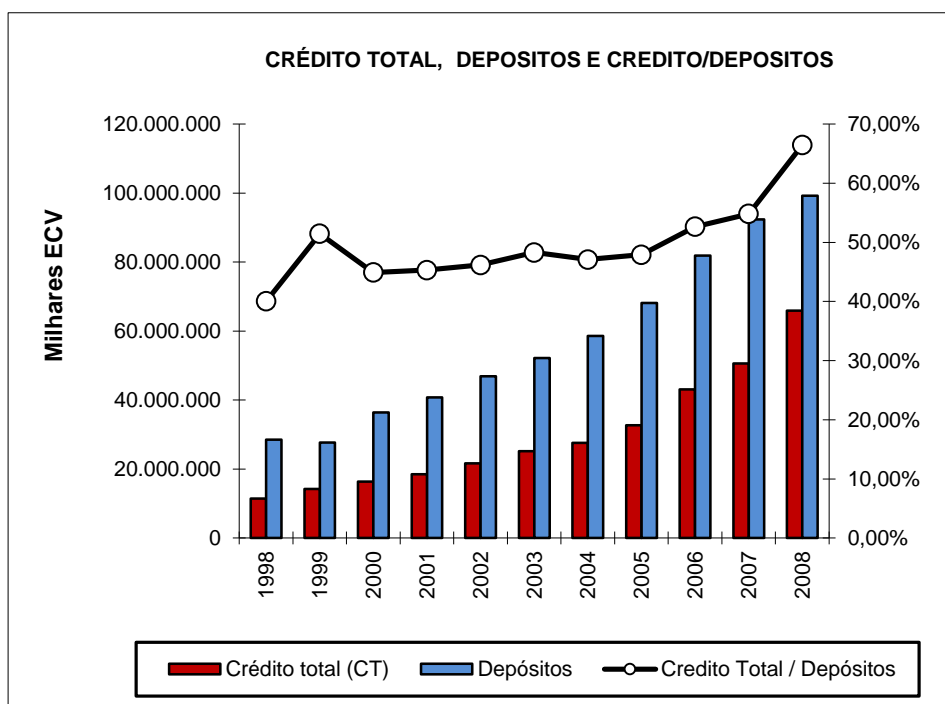


Fonte: BCV

Mediante uma análise do gráfico IV-2, relativamente aos valores do PIB nos dez anos, constata-se que este período foi marcado por um forte crescimento, apesar de não uniforme, passando de 52 milhões de contos em 1998 para os 130 milhões de contos, ou seja, o valor do PIB quase que triplicou em termos nominais. As reformas económicas e financeiras, a liberalização dos preços e do comércio externo, o apoio à iniciativa privada, os incentivos ao Investimento Externo, a abertura do sistema financeiro, bem como o processo de privatização alargada do sector empresarial do Estado, são aspectos que têm sido apontados como explicativos deste crescimento (BCV, 2008). Em relação ao rácio crédito total/ PIB, o que mais interessa a esta análise, apresentou variações positivas ao longo dos dez anos, situando-se nos 50% em 2008. Conclui-se então que,

nos dez anos em observação, duplicou o peso do crédito no PIB de Cabo Verde, o que revela um financiamento bancário significativo à actividade económica.

Gráfico IV - 3 Crédito Total e os Depósitos



Fonte BCV (2008)

No gráfico IV-3 analisa-se a evolução do crédito total em relação aos depósitos observando-se que, ambas as variáveis tiveram evoluções positivas. O dinamismo e o crescimento do volume dos créditos concedidos reflecte as mudanças verificadas quanto aos beneficiários dos créditos, preferindo-se o sector privado não financeiro em relação ao sector público administrativo, enquanto o aumento do depósito total deve-se às políticas de expansão da rede comercial, como já foi analisado em capítulo anterior. Por outro lado, o rácio crédito/depósitos, um indicador do grau de transformação dos recursos captados junto dos clientes, apresenta também evoluções positivas ao longo do horizonte temporal em análise, passando de um nível pouco superior aos 40% para

níveis próximos dos 70%. Nota-se que a evolução do crédito total tende a acompanhar a evolução dos depósitos indo ao encontro da lógica de quanto maior for a quantidade dos depósitos, mais créditos são concedidos. O aumento do activo líquido dos bancos possibilita financiar maior quantidade de investimentos. Observe-se então, a natureza desse crédito interno.

4.4.2 Decomposição do crédito interno

Ao considerarmos o total do sector bancário, constata - se que grande parte do crédito interno, que representa o todo do crédito doméstico produzido pelo sector, é dirigida para o sector privado da economia. A tabela IV-6 ilustra o facto referido:

Tabela IV - 6 Decomposição do Crédito Interno

	CLSPA	CEPNF	CSP	CIFNM	CI	CLSPA/ CI	CSP/CI
1998	13083	440	15885	-	29408	44,5%	54,01%
1999	13875	512	18377	-	32763	42,3%	56,09%
2000	21566	115	19202	0,0	40882	52,8%	46,97%
2001	21447	215	22024	7,0	43693	49,1%	50,41%
2002	24789	230	24890	5,5	49914	49,7%	49,87%
2003	25561	180	28726	36,7	54503	46,9%	52,71%
2004	25684	161	31430	43,7	57319	44,8%	54,83%
2005	25697	431	34040	25,73	60193	42,7%	56,55%
2006	25632	634	44205	15,75	70487	36,4%	62,71%
2007	19103	543	51257	5,79	70909	26,9%	72,29%
2008	17551	282	66390	0,26	84224	20,8%	78,83%

Fonte: BCV (2008)

CLSPA- Crédito líquido ao sector público administrativo

CEPNF - Crédito às empresas públicas não financeiras

CSP - Crédito ao sector privado

CIFNM - crédito às instituições financeiras não monetárias

CI - crédito interno

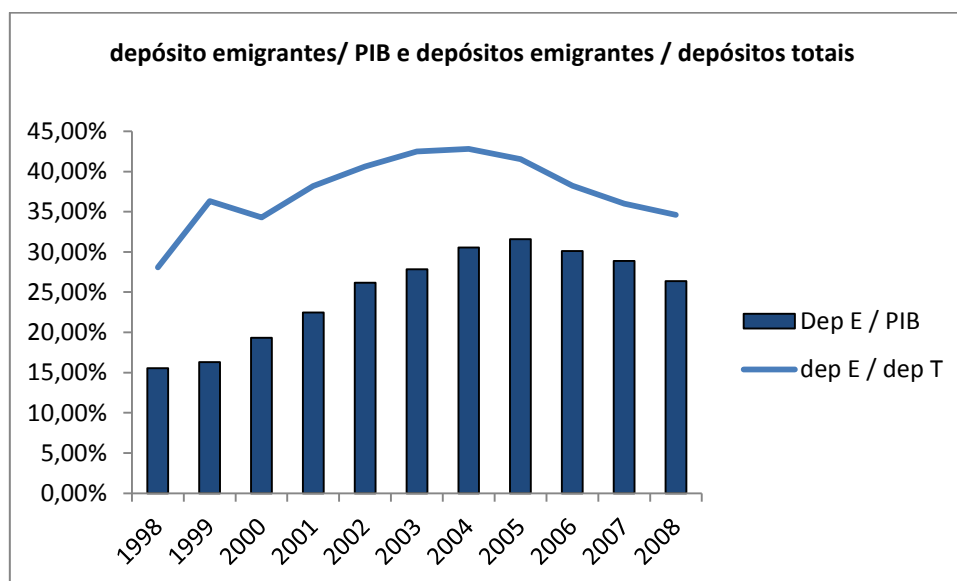
O crédito interno compreende o crédito líquido ao sector público administrativo, o crédito à economia que se subdivide em crédito para as empresas públicas não financeiras e o crédito privado e o crédito às instituições financeiras não monetárias.

Através da análise da tabela IV-6 constata – se que o crédito ao sector privado (inclui empresas mistas, privadas e particulares, BCV (2011), representa a maior parte do crédito interno, cerca de 80% (2008), seguindo-se o crédito líquido ao sector público administrativo. Quanto aos restantes, crédito às empresas públicas não financeiras, e o crédito às instituições financeiras não monetárias os seus pesos no crédito interno são pouco expressivos.

4.4.3 Remessas dos emigrantes

Cabo Verde caracteriza-se por ser uma economia pequena, mas aberta ao exterior logo, mais sujeita aos choques externos, por causa da escassez de recursos próprios. Dado que o país possui um elevado número de emigrantes na diáspora, as remessas de emigrantes constituem uma grande fatia dos depósitos dos bancos, cerca de 30 a 40 % dos depósitos totais, apesar do declínio verificado nos últimos três anos, atendendo à conjuntura internacional.

Durante a última década os depósitos dos emigrantes têm sido uma fonte substancial de liquidez para os bancos como também de divisas estrangeiras para a economia nacional e tem sido vital na estabilidade da taxa de câmbio. No gráfico IV-4 constata-se a sua importância bem como a evolução dos depósitos das remessas dos emigrantes para o país:

Gráfico IV - 4 Depósitos de emigrantes

Fonte: BCV (2008)

Constata-se que os bancos em Cabo Verde, grande parte das suas carências em capital, são financiados pelos depósitos dos seus clientes, que por sua vez, uma parcela significativa são as das transferências de emigrantes (depósitos dos não residentes). Logo, uma possível desaceleração do crescimento destes depósitos, resultante de dificuldades económicas ou do acréscimo na taxa de desemprego dos países em que residem, pode ter consequências directas no nível de financiamento por parte das instituições financeiras nacionais.

Confrontando estes valores de Cabo Verde, créditos e depósitos em relação à dimensão económica medida através do PIB, com alguns países da África subsariana a diferença revela-se significativa, como se pode constatar pelos dados da tabela IV-7.

Tabela IV - 7 Cabo Verde – Comparação regional de alguns indicadores financeiros (em percentagem)

País	Crédito doméstico/ PIB	Total depósitos/ PIB	Dívida externa/ PIB	Crédito Sector Privado/ PIB1	Rácio de concentração 2
Cabo Verde 3/	67,3	60,2	2,8	34	89
Benin	9,8	17,6	3,8	14,5	88,4
Camarões	16	14,5	0,7	10,2	75,6
Chad	11,3	4,7	0,9	4,4	1
Gana	25,9	20,5	1,9	11,7	59,1
Guiné-Bissau	12,8	6,4	0,001	1,9
Malawi	17,2	16,7	1	5,9	71,3
Mali	16,1	17,6	2,4	19	84,4
Moçambique	11	27,6	1,2	2,2	86
São Tomé e Príncipe	23,2	43,8	0,8	16,5
Senegal	22,8	24,9	1	21	59,5
Tanzânia	8,4	17,2	0,1	7,6	55,2
África Subsariana (média)	26	27		12,4	77,4

Fontes: Base de dados da Fitch e do Banco Mundial (2003)

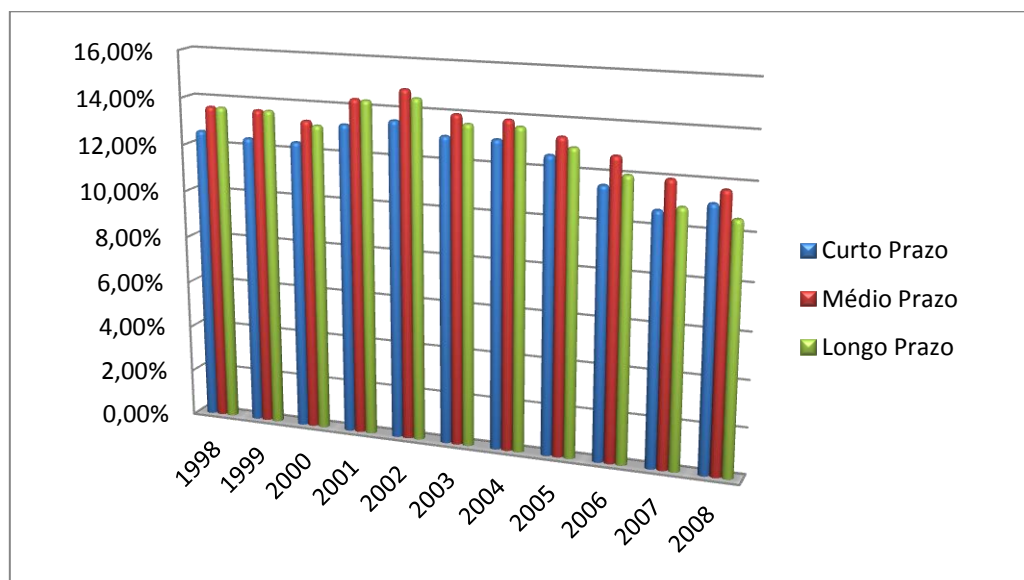
1/Crédito para o sector privado (proveniente dos depósitos bancários).

2/Activos dos três maiores bancos e a cota de activos de todos os bancos comerciais do sistema.

3/Rácio de concentração dos dois maiores bancos em Cabo Verde.

Cabo Verde apresenta um nível de intermediação financeira não só superior aos outros países da amostra, como muita acima da média da África Subsariana.

Em termos do crédito, em Cabo Verde, os custos de intermediação são muito elevados, medindo estes pela taxa de juro activa média praticada nas operações bancárias (gráfico IV-5).

Gráfico IV - 5 Taxas de juro activa média praticada nas operações bancárias

Fonte: BCV (2008)

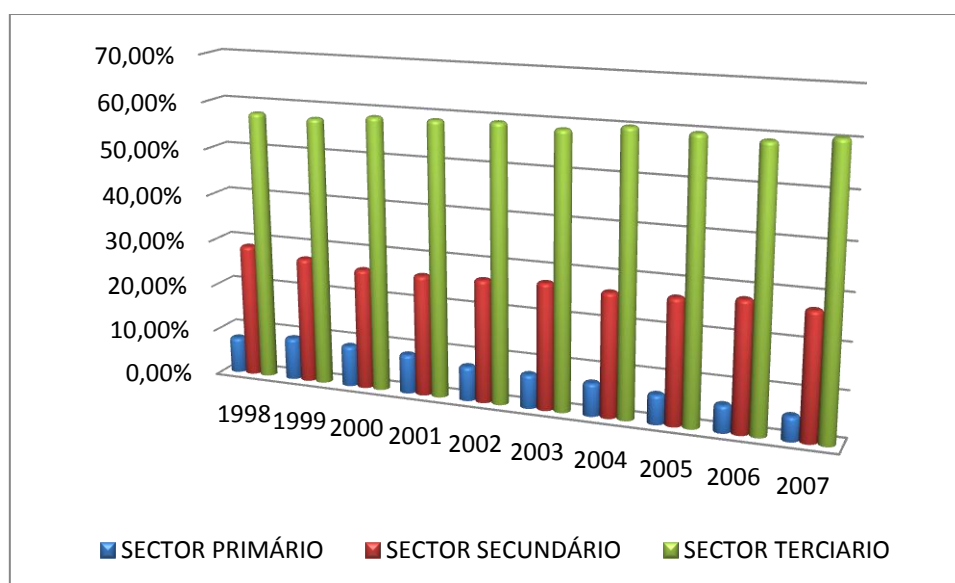
As taxas de juro activas têm baixado no último triénio, mas ainda se situam acima dos 10%. Por outro lado, apenas em 2008 as taxas de longo prazo (associadas a créditos com maturidade superior a 5 anos) se situaram ligeiramente abaixo das de curto prazo (aplicadas a empréstimos com maturidade inferior a um ano), pois estas têm sido as mais baixas ao longo do período em estudo. Relativamente às taxas de juros de médio prazo (para empréstimos com maturidade de 1 a 5 anos), são as taxas que apresentam os valores mais elevados.

4.5 Os sectores chave da economia

A economia cabo-verdiana é composta pelos três sectores clássicos de actividade, o primário que é dominado pela pesca e agricultura, o secundário constituído essencialmente pela construção, indústrias transformadoras e electricidade água e gás e

o terciário que se subdivide em comércio, transportes comunicação e serviços. Nos últimos anos os valores do PIB cresceram de forma bastante significativa, como já foi suficientemente demonstrado, o que se traduziu em modificações relevantes no que concerne à estrutura do produto. O sector terciário tornou-se dominante, consequência do forte crescimento dos serviços, enquanto paralelamente o sector primário sofreu um declínio. A perda progressiva do seu peso na economia deve-se, essencialmente, às condições adversas do clima que faz com que o investimento tecnológico que tem sido realizado não tenha um retorno traduzido no aumento da produtividade.

Gráfico IV - 6 PIB Sectorial

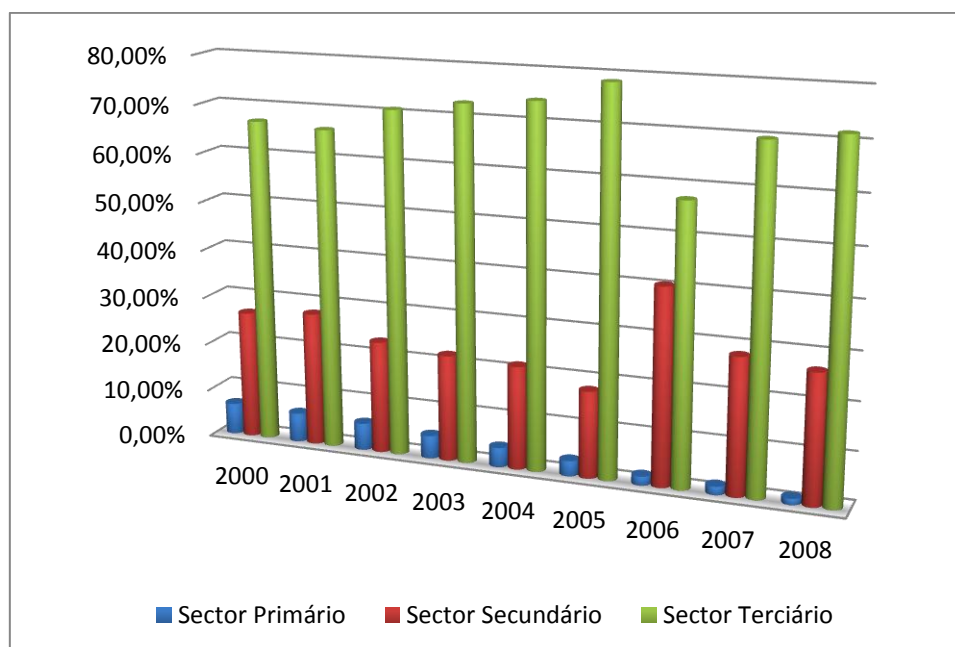


Fonte: INE

Então, a pergunta que se coloca, seguidamente, é como têm sido canalizados os créditos por sector de actividade económica

4.5.1 Crédito concedido por sectores de actividades

Gráfico IV - 7 Distribuição do crédito por sectores de actividade (%)

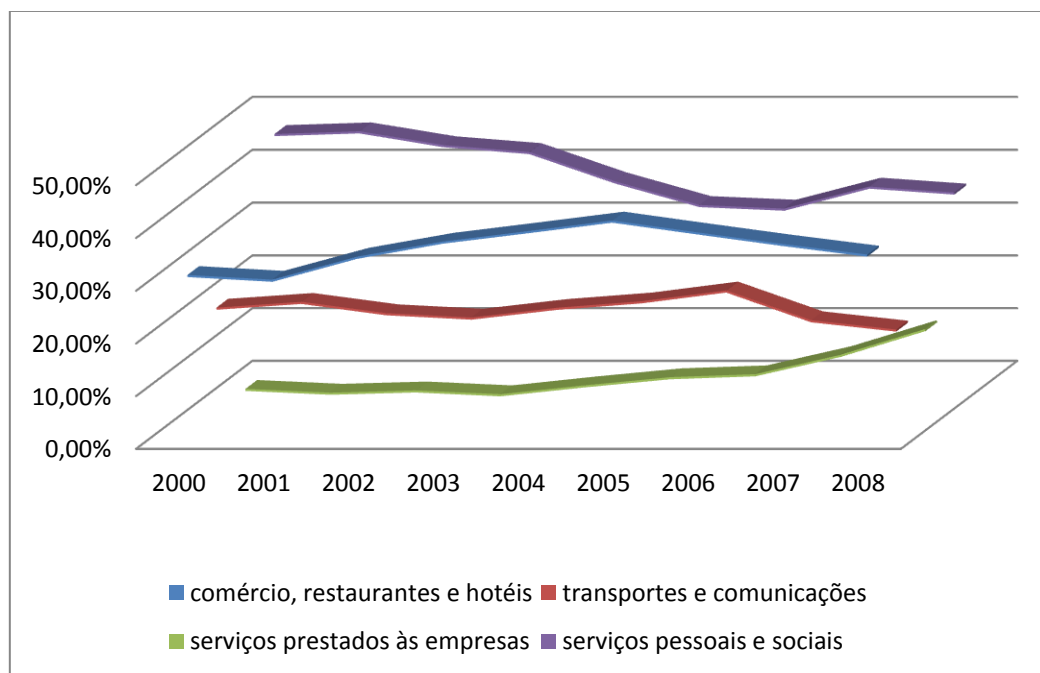


Fonte: BCV

O gráfico IV-7, mostra como os créditos têm acompanhado as alterações estruturais da economia. O sector terciário é incontestavelmente o sector que recebeu a maior fatia dos créditos concedidos, em média cerca de 70% do total dos créditos, seguindo-se o sector secundário com 27% e por fim o primário com 4%.

4.5.2 Sector terciário⁹

Gráfico IV - 8 Sector terciário (%)



Fonte: BCV

Se o sector terciário tem um peso dominante na estrutura da economia Cabo-verdiana isto deve-se ao forte crescimento da produtividade dos subsectores serviços e do turismo, cujo dinamismo é visível aliado ao desenvolvimento oportuno dos sectores de transportes e infra-estruturas. Ao efectuarmos uma análise dos créditos canalizados para o sector terciário, constata-se que o subsector serviços, que é composto pelos serviços prestados às empresas e pelos serviços pessoais e sociais, recebe a maior quantidade de créditos, cujos pesos dos mesmos sobre o total dos crédito do sector terciário encontra - se no intervalo dos 36% a 48% (os valores mínimos foram registados nos anos de 2005 e 2006, e os picos nos últimos dois anos em análise). A

⁹ O sector terciário não engloba valores referentes a subsectores relacionados com a intermediação financeira e a Administração Central, pelo que se encontram excluídos da análise de crédito.

taxa de crescimento dos créditos do sector serviços nos anos em causa foi sempre positiva e bastante significativa visto que passou de uma taxa de crescimento de 4% em 2001 para os notáveis 71% em 2007 e os 66% em 2008. (ver anexo IV)

Relativamente ao subsector comércio restaurantes e hotéis, nota – se uma evolução positiva ao longo dos anos em análise embora essa evolução não seja linear, sendo que em 2006 registou – se a taxa de crescimento mais elevada, 72% e o valor mais baixo em 2001, cerca de 2%. Se decompormos este subsector verifica – se que as média das taxas de crescimento dos créditos para os subsectores de restaurantes e hotéis e o comércio são equivalentes, 29,77% e 30,35 respectivamente.

O subsector comércio foi objecto de liberalização acompanhado de reformas importantes nas vertentes fiscais, políticas e económicas no sentido de atrair a iniciativa privada. Saliente-se ainda que este subsector é o que apresenta o menor número de componentes, somente três (comércio por grosso, comércio a retalho e restaurantes e hotéis) quando comparado com os outros subsectores que compõem o sector terciário, o que reforça ainda mais a sua importância quanto ao seu peso no total dos créditos.

Relativamente ao subsector restaurantes e hotéis o peso dos créditos correspondentes sobre o total dos créditos do sector terciário apresenta em média 9%. Este facto expressa o baixo nível de financiamento por parte da banca nacional para o ramo dos hotéis e restaurantes, pilares do turismo, deixando a maioria a cargo do investimento por parte dos bancos estrangeiros (principalmente os hotéis de grande envergadura) como se vai demonstrar seguidamente, o caso do destino dos IDE

O turismo apesar de contribuir muito para o crescimento económico do país (cerca de 20% do PIB, BCV 2008) como também é responsável em grande escala pelo reconhecimento do país no exterior, curiosamente não é sector que capta a maior percentagem de crédito da banca nacional, o que pode ser explicado pela falta de capacidade da banca nacional para financiar projectos mais arrojados, tais como os empreendimentos hoteleiros que proliferaram na última década. Donde, como se demonstra na tabela IV -8, é o IDE e o financiamento por parte dos bancos estrangeiros que explica o impulso verificado pelo subsector do turismo na composição do PIB.

Tabela IV - 8 - Distribuição por sectores de actividade (em %)

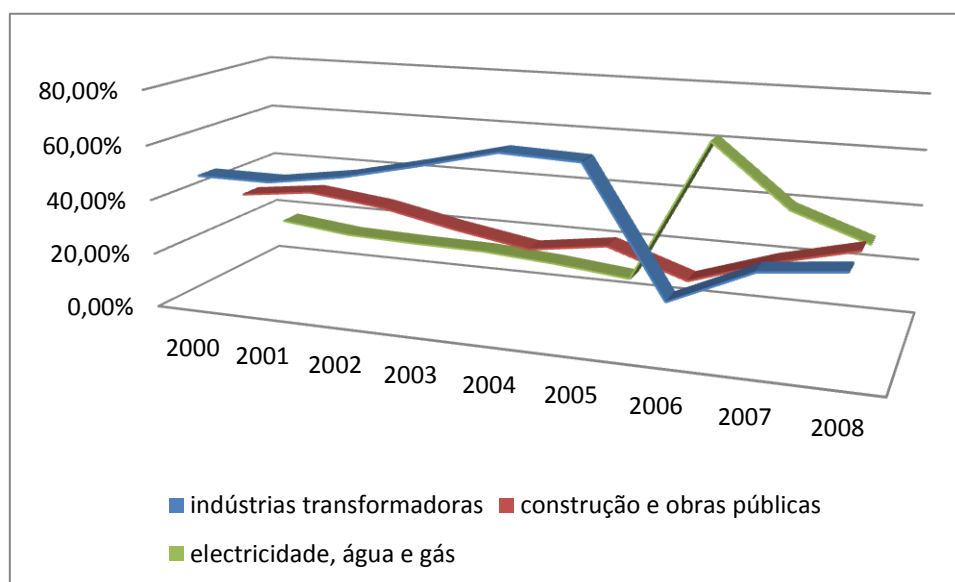
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Hotéis e Outros	41,7	86,8	63,3	82,1	56,3	94,6	95	97,2
Indústria transformadora	12,3	9,9	17,5	6	11,7	2,8	0,6	0,4
Outros	45,9	3,3	19,2	11,9	32,0	2,7	4,4	2,4

Fontes: BCV, Cabo Verde Investimentos, PROMEX

A política de restrição adoptada pelos bancos nacionais consiste em impor um limite máximo para os seus financiamentos. São financiados os projectos que atingem até os 25% dos seus fundos próprios. Apesar de na prática individualmente os bancos nacionais são capacitados para financiar até os 600000 mil contos brutos. Os projectos que excedam essa quantia somente são realizados quando houver consórcio ou aliança entre bancos.

4.5.3 Sector secundário

Gráfico IV - 9 Sector Secundário (%)



Fonte: BCV

No sector secundário, os subsectores com maiores expressões quanto à captação dos créditos em média, tendo em conta os anos em análise, são o das indústrias transformadoras (que engloba um conjunto vasto de subsectores) seguindo - se das construções e obras públicas, como se pode verificar no gráfico IV-9, o que reflecte os constantes investimentos realizados nestes dois subsectores. Destes, as indústrias transformadoras dominam na recepção dos créditos com uma média de 47% do total dos créditos do sector secundário, o que pode ser explicado pelo surgimento de novas empresas no ramo das indústrias, cujo investimento é tanto de origem nacional como externo. O aumento das exportações de bens transformados permite confirmar também o crescimento da produção do sector da indústria. Contudo constata - se que a partir de

2006 houve uma descida acentuada (mais do que metade) do peso dos créditos deste subsector no total do sector secundário, que como vai ser explicada mais adiante é devido ao desvio dos créditos para os outros subsectores do sector secundário. Compõe este subsector pequenas empresas que actuam nos ramos da captação e engarrafamento de água, metalomecânica ligeira, componentes electrónicos, carpintaria e mobiliário, rações para animais, inertes (cimento, areias e britas), indústria alimentar (lacticínios, conservas de peixe e carne, panificação, doçaria, vernizes, medicamentos, tintas e vernizes, bebidas, calado e confecções. moagem, doçaria, massas, transformação de frutas, torrefacção de café), produtos químicos e de higiene. Enfatiza – se que o financiamento para este subsector abarca uma parte significativa de pequenas e médias empresas que se dedicam às actividades acima mencionadas.

Relativamente à construção e obras públicas, este subsector tem beneficiado das evoluções positivas do ramo do turismo. A criação de infra-estruturas (nomeadamente escolas hospitalais, estradas, aeroportos) implica igualmente que este seja um dos sectores mais dinâmicos da economia. Os créditos para este subsector representam em média cerca de 30% do total do sector secundário. Entre os anos de 2000 a 2004 assistiu – se a uma diminuição do peso dos créditos para o sector das construções na ordem dos 11%, passando dos 35% para os 24% (o que explica as taxas de crescimentos negativas dos créditos para estes anos). Em 2006 houve um crescimento acentuado dos créditos na ordem dos 144%, trazendo melhorias significativas para o subsector pelo que em 2008, retomou o seu peso de 35 % no total dos créditos do sector a qual pertence. Nos últimos 3 anos o sector das construções tem – se revelado bastante promissor.

Segundo a CCIT 2010, Cabo Verde, possui um sistema financeiro suficientemente qualificado e desenvolvido para satisfazer o sector quanto às exigências

em termos de créditos à construção bem como a nível de aquisição de habitação. O fornecimento destes serviços e produtos ficam a cargo dos bancos nacionais, BCA, BI, CECV, BESCv, BCN e BAI e das IFI (para os não residentes).

O sistema financeiro, capacitado aliado ao baixo custo da mão-de-obra, os incentivos fiscais (imposto sobre o património é relativamente baixo), a possibilidade de rentabilização ao longo do ano, proporcionam o desenvolvimento da vertente imobiliário-turismo.

O subsector imobiliário - turismo que está implícito no subsector construção, contribui significativamente para os créditos relativos da banca nacional ganhar expressão, visto que a banca nacional financia várias empresas responsáveis pelas construções de empreendimentos turísticos dentro dos limites de créditos já mencionados. Exemplificando algumas empresas e hotéis contempladas: A Tecnici; Sambala Imobiliária; Atlântica Group Construção, Oásis (Hotel Praia Mar completamente financiado pela banca nacional), SOGEI Engenharia e Construção, Hotel Crioula, Tortuga Beach Resort, Paradise Beach Resort.

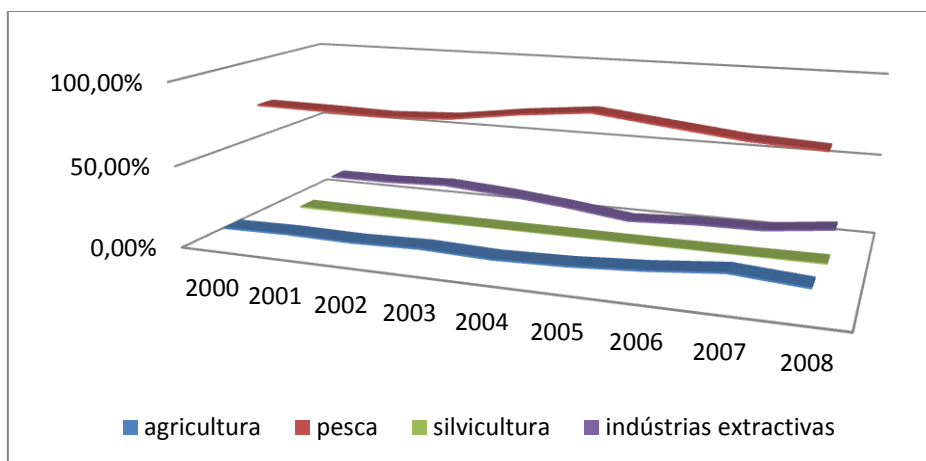
Outro subsector do sector secundário é o das electricidades água e gás. Os créditos relativos a este subsector representam em média cerca de 23% do total dos créditos do sector secundário. Nota – se que a percentagem do peso dos créditos deste subsector deve - se essencialmente ao aumento exponencial da taxa de crescimento verificada no ano de 2006, cujo valor foi de 2808%. O aumento fora de normal da taxa de crescimento dos créditos para o subsector electricidades água e gás, pode estar relacionado em parte, com o a reestruturação da dívida da Electra (empresa responsável pelo abastecimento da electricidade em Cabo Verde) em sequencia do acordo que se estabeleceu entre o estado de Cabo Verde e o EDP/ADP, em que a dívida da Electra ao

agrupamento no montante de 7.892.415 contos foi adquirida pelo BCA passando assim a ser a detentora da totalidade dos créditos que a Electra. (Após o acordo a dívida passou a ser de 4.39.025 contos). Neste ano houve um crescimento exorbitante do valor dos créditos, contudo salienta-se que este crescimento foi singular visto que nos outros anos anteriores o crescimento foi relativamente reduzido e por vezes negativo.

Logo, verifica-se que o crescimento do sector secundário no ano de 2006 cuja taxa de crescimento foi de 271%, deveu-se basicamente em parte ao aumento bastante significativo referido dos créditos para a electricidade, água e gás. Tendo em conta o horizonte temporal em análise, constata-se que a taxa de crescimento dos créditos do sector secundário foi muito volátil no total. Por exemplo, em 2006 a taxa de crescimento foi de 271% (explicada pelo aumento brusco dos créditos para a electricidade gás e água) enquanto em 2007 foi negativa (-19%).

4.5.4 Sector primário

Gráfico IV - 10 Sector Primário (%)



Fonte: BCV (2008)

O sector primário, no geral é o sector que menos capta créditos como já foi referido anteriormente, isto devido à instabilidade associada ao sector, pois o mesmo é

bastante condicionado pelas condições climatéricas, causando assim incertezas quanto à rentabilidade e, automaticamente, quanto ao retorno do investimento. A volatilidade não abona a favor do sector repelindo assim, os incentivos ao investimento privado.

O subsector que tem mostrado maior potencial de atrair recursos é o da pesca, pois a maioria dos créditos para o sector primário destinam – se para a pesca, em média cerca de 80%, este facto pode ser explicado pelo facto da pesca ser uma actividade que exige um investimento inicial elevado, em termos de equipamentos. Contudo, as taxas de crescimento dos créditos respeitantes ao subsector pesca não são constantes, apresentam também valores que oscilam entre positivos baixo (inferior a 5%) e negativo, exemplificando em 2006 a taxa de crescimento dos créditos da pesca foi negativa – 9%, e em 2008 ficou – se nos 4%. Excepcionalmente no ano de 2005 a taxa de crescimento foi de 27%.

A agricultura e caça recebem em média cerca de 13% dos créditos canalizados para o sector primário. Taxa de crescimento dos créditos direccionados este subsector apresentam o mesmo comportamento oscilatório entre valores negativos e positivos verificados no subsector da pesca. A taxa de crescimento mais negativa foi verificada no ano de 2003, -6%, a mais positiva no ano de 2005, em atingiu os 28% e, no último ano em análise a taxa de crescimento dos créditos foi de apenas 2%

Quanto aos subsectores silvicultura e exploração florestal e a indústria extractiva, os créditos canalizados são bastantes diminutos (gráfico IV-10).

Ao restringirmos a análise aos créditos dos bancos comerciais conclui-se que a tendência verificada para o sector bancário no seu todo, também se aplica neste caso em

concreto, ou seja, verifica – se que grande parte dos empréstimos se dirigem para o sector terciário (tabela IV-9).

Tabela IV - 9 Crédito às empresas por ramo de actividade. (milhares de contos e %)

Banco Interatlantico

	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio	Transportes	Outros serviços	Total
2007	0	86798	916947	635585	593443	1942134	4174908
%	0,00%	2,08%	21,96%	15,22%	14,21%	46,52%	100%
2008	3000	519436	969119	1099622	998452	2723389	6313019
%	0,05%	8,23%	15,35%	17,42%	15,82%	43,14%	100%
2009	8614	724264	1293792	1200207	992765	2687937	6907579
%	0,12%	10,49%	18,73%	17,38%	14,37%	38,91%	100%

Fonte: BI

Nota: Apenas foi possível apresentar dados do BI, visto que não haver dados relativamente aos outros dois bancos considerados, nomeadamente, o BCA e a CECV.

Note-se que os empréstimos do BI concentram-se, maioritariamente, no sector secundário e terciário.

Os financiamentos ao sector secundário direccionam-se para a construção (inclusive construção ligada á actividade turística). No terciário destacam-se os serviços e os transportes. Actualmente a estratégia do banco consiste na diversificação dos sectores financiados. Constata – se que há uma crescente aposta no sector imobiliário e o turismo residencial, visto que continuam a ser o grande motor de crescimento da

economia, apesar de que em relação ao turismo os investimentos não se comparam ao capital estrangeiro investido no ramo. BI (2008).

4.5.5 Crédito habitação

O crédito à habitação é o principal componente da carteira de crédito dos bancos Cabo-verdianos. A grande representatividade do crédito à habitação no total dos créditos, serve como um acréscimo de solidez para os bancos, devido às garantias que estão associadas a estes tipos de créditos.

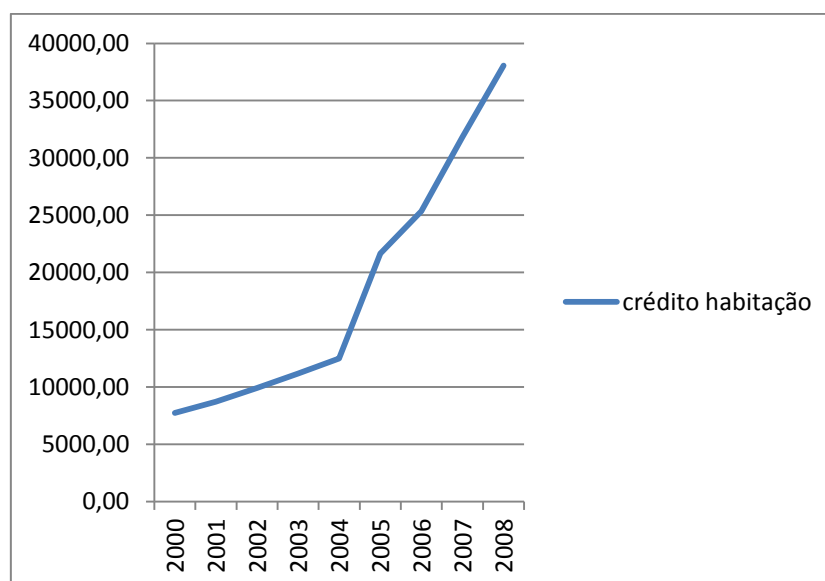
O crédito à habitação em Cabo Verde compara-se favoravelmente com muitos países desenvolvidos, nomeadamente os casos de Portugal e da União Europeia, onde este tipo de crédito representava, respectivamente, 39% e 26% dos créditos, em 2007. Mesmo assim em Cabo Verde esta percentagem tem sido superior, pois o peso do crédito à habitação sobre os créditos às empresas não financeiras (corresponde à soma dos empréstimos para os sectores de actividade e os particulares) tem – se mantido sempre acima dos 50%. A tabela IV-10 e o gráfico IV-11 ilustram a evolução do crédito à habitação.

Tabela IV - 10 Crédito às instituições não financeiras

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Crédito habitação	7751	8703	9919	11187	12479	21649	25353	31785	38050
Total crédito às empresas não financeiras	13282	14576	16378	18108	20043	33371	44698	54209	71382
CH/CENF*	58%	60%	61%	62%	62%	65%	57%	59%	53%

Fonte: INE, BCV (2008)

CH – crédito habitação, CENF- crédito às empresas não financeiras

Gráfico IV - 11 Crédito Habitação (milhares de contos)

Fonte: BCV (2008)

O mercado do crédito à habitação nos últimos quatro anos cresceu, o que pode traduzir o surgimento de novas empresas e actividades na economia do país. O seu peso relativamente ao total dos créditos concedidos para as sociedades não financeiras situou-se acima dos 50% (ver tabela IV-10) o que pode significar que, a maior parte dos créditos concedidos para o sector não financeiro é canalizado para a habitação, o que engrossa ainda mais a quota de crédito referente ao sector privado.

4.5.6 Relação entre os créditos concedidos e as taxas de juro

Tabela IV - 11 Evolução da taxa de crescimento das taxas médias de juro praticadas nas operações bancárias

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Curto Prazo	-1,40%	-0,15%	7,11%	2,25%	-3,64%	0,07%	-3,69%	-8,28%	-7,14%	4,07%
Médio Prazo	-0,11%	-2,29%	7,74%	3,64%	-5,93%	-0,63%	-3,87%	-4,52%	-5,93%	-2,16%
Longo Prazo	-0,06%	-3,55%	8,89%	1,50%	-6,21%	0,15%	-4,97%	-7,25%	-9,14%	-2,74%

Fonte: BCV (2008)

Como já foi mencionado, as taxas de juro activas praticadas nas operações bancárias são elevadas. Sabe – se que quanto mais elevada for a taxa de juro activa, menor será o número de crédito solicitado pelos emprestadores, numa análise *ceteris paribus*. Ao confrontarmos a evolução dos créditos por sectores no tempo (gráfico IV-7) e a taxa de crescimento das taxas de juros (tabela IV-11) verifica-se que nos últimos quatro anos praticamente todas as modalidades das taxas de juros tiveram variações negativas (com excepção da taxa de juro de médio longo prazo que em 2008 apresentou variação positiva) este facto poderá ter repercutido no aumento do montante de créditos concedidos. Através da análise do (gráfico IV-7) verifica-se que o sector que mais parece ter beneficiado com a baixa das taxas de juros activas foi o sector terciário, uma vez que foi o sector mais beneficiado pelo financiamento bancário.

4.6 Factores condicionantes do crédito bancário

Existem um conjunto vasto de factores que limitam o negócio da concessão de créditos quer da parte dos bancos ou da parte dos emprestadores, sendo os mais relevantes:

- As taxas de juros, como já ficou constatado, numa situação de todo o resto constante, se a taxa de juro for muito elevada, constitui limite para os emprestadores, visto que o custo de dinheiro é elevado.
- As garantias exigidas pelos bancos no momento do pedido de crédito, constitui um factor eliminatório, visto que somente são aprovados os créditos em que o beneficiário possui garantias para o caso de não se conseguir pagar os empréstimos acrescidos dos juros, o banco não fique no prejuízo. As garantias estão associadas às incertezas quanto à capacidade de reembolso. Mesmo se um projecto apresentar evidências de ser muito rentável há que possui garantias para ser financiado. O que pode ser muito limitativo, especialmente para as pessoas que queiram realizar pequenos negócios que normalmente são as que não possuem posses logo nem garantia também (este facto poderá explicar o escasso financiamento da banca nacional para a vertente do micro crédito).

Em conclusão, da análise ao crédito por sectores de actividade e, confrontando os mesmos com o PIB sectorial (gráfico IV-6) não contrariando a tendência que se verificou na atribuição dos créditos por sectores, o sector primário é o que menos contribui para a formação do PIB sectorial, em média somente 7%, peso este que apresenta tendência decrescente desde ano 2000 (ver anexo V).

Efectuando a análise da taxa de crescimento das produções respeitantes ao sector primário, observa – se que os mesmos revelam flutuações no decorrer dos anos em análise, em 1999 a taxa de crescimento foi a mais elevada verificada, atingiu os 27% e em 2002 registou – se o valor mais negativo – 4%. (ver anexo VI).

O subsector da agricultura é o que mais contribui para a produtividade do sector primário, em média nos anos de 2000 a 2008, 85% da produção do sector primário foi proveniente da agricultura, apesar de este sector ser muito penalizado em relação ao financiamento pelos bancos nacionais devido à instabilidade decorrente do facto da sua produtividade estar condicionada pelo clima (mais concretamente pela a chuva). O financiamento baixo por parte da banca para o subsector pose dever – se também ao facto de haver auto financiamento, ou também do financiamento por parte dos emigrantes, até porque grande parte dos emigrantes é oriunda do interior do país onde a prática da agricultura é dominante.

Em relação à pesca não existe uma concordância em relação aos créditos concedidos para o subsector e a produção gerada, visto que em termos de produção médio nos anos em análise, contribuiu apenas em 8% do total da produtividade do sector primário, no entanto capta a maioria dos créditos direccionados para o sector primário, como já fora demonstrado.

Quanto às indústrias extractivas, acontece o oposto da pesca, a produção representa cerca de 7% do total do sector, contudo salienta – se que em termos de créditos captados é o que menos atrai a atenção para investimentos, sendo os valores bastantes reduzidos.

Constata – se que as produções no sector primário são incapazes de cobrir as necessidades nacionais, a agricultura é o subsector que apresenta uma certa significância para a população rural no entanto, está a tornar-se cada vez mais voltada para a subsistência, cobrindo somente 10% das necessidades alimentares nacionais, CCIT, 2010.

O sector secundário em termos de produtividade, a sua contribuição para o PIB sectorial, em média nos anos em causa situa – se nos 27%. A produção gerada pelo sector secundário encontra – se distribuída pelos 3 subsectores, construção e obras públicas, indústrias transformadoras e electricidade e água, cujos pesos no total da produtividade do sector secundário são em média 61%, 24% e 16%, respectivamente nos anos em análise.

Em relação ao sector terciário, é o sector que contribui em média maioritariamente para a formação do PIB sectorial (a mesma tendência verificada na distribuição dos créditos por sectores de actividade por parte do sector bancário nacional), cerca de 59%. Os serviços e transportes conjuntamente foram os subsectores que mais contribuíram para a produtividade do sector terciário, seguindo-se o comércio e finalmente hotéis e restaurantes, cujos pesos em média no total das receitas do sector terciário são 36%, 27% e 7% respectivamente, analisando o intervalo de 2000 a 2008.

Considerações Finais

É altura de retomar o objectivo e as questões deste trabalho.

Em primeiro lugar, concluiu-se ter sido na primeira década do século XXI que o sector bancário Cabo-verdiano teve um crescimento elevado, aferindo este crescimento através de diversos indicadores, designadamente, rede bancária, activos e passivos bancários, em relação ao PIB. Demonstrou-se, igualmente, que os depósitos de emigrantes diminuíram a sua importância relativa nos depósitos totais. Uma vez que estes depósitos não diminuíram, pode-se afirmar que Cabo Verde está a gerar mais poupança interna, dimensão importante para um crescimento do sector financeiro menos dependente de factores externos e, nesse sentido, menos vulnerável às conjunturas internacionais.

Contudo, o sector bancário ainda tem muito percurso pela frente. A intermediação eficiente tem sido dificultada por vários factores, designadamente: (i) falta de concorrência no sistema bancário, o que não favorece o desenvolvimento de novos instrumentos, (ii) os empréstimos comerciais são realizados a taxas de juros elevadas o que contribui para dificultar o crédito ao sector privado, especialmente para pequenas e médias empresas

Em segundo lugar, demonstrou-se, através do estudo de diversos rácios, que o sistema bancário apresenta uma situação de liquidez, solvabilidade e eficiência que conferiu estabilidade financeira à economia e destacou Cabo Verde do conjunto da África Subsariana. Se a história dos países actualmente mais desenvolvidos ilustra a importância das ‘boas’ instituições financeiras para o caminho do desenvolvimento, a

conclusão retirada pode ser lida como pré-condição para o ‘bom’ desempenho económico. O sistema financeiro tem na *confiança* a sua palavra-chave pelo que a imagem de eficiência e solvabilidade é fundamental, enquanto elemento impulsionador de um sistema que é essencial na captação de poupanças para investimento produtivo, como se começou por referir no início deste trabalho.

Em terceiro lugar, a actividade creditícia evidenciou a canalização de créditos para as instituições não financeiras, e dentro destas destaca-se por um lado, o crédito à habitação e construção e por outro, o crédito aos sectores mais dinâmicos da economia, concretamente, o sector terciário, subsectores serviços e comércio. No entanto, ao longo da década de 2000, o subsector restaurantes e hotéis concentrou de forma nítida o Investimento Directo Estrangeiro e os investimentos por parte dos bancos internacionais e as IFIs, evidenciando que se o turismo é o sector mais dinâmico da economia só parcialmente foi um sector financiado pelo aparelho bancário cabo-verdiano.

Afigura-se poder concluir que o sector bancário Cabo-verdiano tem tido uma evolução concomitante com o crescimento económico. Declarado país de desenvolvimento médio, em 2007, Cabo Verde teve uma expansão do seu sistema bancário, enquanto uma das componentes do seu sistema financeiro, ao longo da primeira década do século XXI. A evolução da rede bancária, dos passivos e dos activos financeiros demonstraram esse desenvolvimento. A carteira de crédito dos bancos evidenciou que estes têm financiado parte, ainda que reduzida, do sector mais dinâmico da economia – o turismo.

Os rumos das investigações futuras decorrem das próprias limitações. A análise teve, sobretudo, uma componente descritiva. Modelizar e avaliar quantitativamente a

importância do sistema bancário no processo de crescimento e a forma como este foi partilhado com o investimento estrangeiro será um desafio para o futuro.

Referências Bibliográficas

- Bencivenga, Valerie R. e Bruce D. Smith (1991). “Financial Intermediation and Endogenous Growth”, *Review of Economic Studies*, No 58, pp.195 - 209.
- Brito, Elsa (2004), *Impacto do desenvolvimento financeiro no desenvolvimento económico: case study para Cabo Verde*. Tese de Mestrado em Economia Monetária e Financeira, ISEG.
- Burshop, Carsten (2005), “Did Banks Cause the German Industrialization?”. *Exploration in Economics History*, No 4, pp.39 – 43.
- Cameron, Rondo (1967). “Scotland, 1750 – 1845”, in R. Cameron et al. (1967) *Banking in the Early Stages of Industrialization*, Oxford University Press. - DOWD, The State & the Monetary System.
- Cardoso, Manuela (2007), *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe – Educação e Infra-estruturas como Factores de Desenvolvimento*, Edições Afrontamento.
- Correia, Aicha (2009), *Combate ao branqueamento de capitais – O papel das entidades supervisoras – A situação de Cabo Verde*. Tese de Mestrado em Finanças, ISEG.
- Demirgüç-Kunt, A. e R. Levine (1996). “Stock Markets, Corporate Finance, and Economic Growth: An Overview”. *The World Bank Economic Review*, Vol. 10, N° 2, pp. 223-239.
- Diamond, Douglas W. (1984). “Financial Intermediation and Delegated Monitoring”. *The Review of Economic Studies*, Vol. 51, No3, pp. 393 – 414.

- Fama, (1985), “What’s Different about Banks”, *Journal of Monetary Economics* Vol. 15, Nº 1. Elsevier Editora.
- Fisher, Irving (1933), “The Debt - Deflation Theory of Great Depression”. *Econometrica* Vol.1, No 4, pp. 337 – 57.
- Gerschenkron, Alexander (1962), *Economic Backwardness in Historical Perspective – A book of essays*. Cambridge: Harvard U. Press.
- Getler, Mark (1988), “Financial Structure and Aggregated Economic Activity: An Overview”. *Journal, Credit and Banking*, Vol. 20, No. 3, pp. 559 -597.
- Gurley, John e Eduard Shaw. “Financial Aspects of Economic Development “. *American Economic Review* 45 (September 1955), 515 – 538.
- Jeremy, Greenwood e Boyan Jovanovic(1990). “Financial Development, Growth, and the Distribution of Income”. *The Journal of Political Economy*, Vol. 98, No. 5, Part 1. (Oct., 1990), pp. 1076-1107.
- Lourenco, Jaime e Foy, Colm (2003), *Cap Vert: Gouvernance et Développement*. OECD, Development Centre Webdoc.
- Modigliani, Franco (1944). “Liquid Preference and Theory of Interest and Money”. *Econometrica*, Vol. 12, No 1, pp. 45 – 88.
- Modigliani, Franco e Merton Miller (1958).”The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment”, *American Economic Review*, No 3, pp. 261 – 297.
- North, C. Douglass e Weingast, Barry R. (2000), “Symposium: High Politics and Low Finance”. *The Journal of Economic History*, Vol.60, no.2, pp.415-417.

- Peter L. Rousseau e Paul Wachtel (1998). “Financial Intermediation and Economic Performance: Historical Evidence from Five Industrialized Countries”. *Journal of Money, Credit and Banking*, Vol. 30, No. 4, pp. 657-678.
- Ross, Levine (1997), “Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda”, *Journal of Economic Literature*, Vol. 35, pp. 668 - 726
- Rousseau, Peter L. e Sylla, Richard Financial (2006), “Financial Revolutions and Economic Growth: Introducing this EEH Symposium”, *Explorations in Economic History*, Vol.43, no. 1, pp.41-117
- Sicsú, João (2006). *A Liberalização Financeira Brasileira no Período de 1988 – 2002, Cambio e Controle de Capitais*. Elsevier Editora.
- Sylla, Richard (2002), “Financial System and Economic Modernization”, *The Journal of Economic History*, Vol. 62, no.2, pp. 277-292.
- Vaz, Jorge Landeiro. *Ensaio de homenagem a Rogério Fernandes Ferreira*, ISEG – UTL, 2001.

Sítios da Internet

- **BCV** – www.bcv.cv.
- **BCA** – www.bca.cv
- **BI** – www.bi.cv
- **Banco Central Europeu** - www.ecb.int
- **Banco de Portugal** – www.bportugal.pt
- **CECV** – www.caixa.cv
- **CCIT**- www.portugalcaboverde.com
- **FMI** – www.imf.org
- **Jstor**- www.jstor.org
- **MCA** – www.mca.cv
- **INE** www.ine.cv
- **Porton Cabo Verde** – www.portoncv.cv

Anexos

Anexo I – Rácio dos activos financeiros no total do Produto

RATIO OF FINANCIAL INSTITUTION ASSETS TO OUTPUT

	Percent			
	1880	1900	1913	1929
United States	33.3	69.9	80.1	98.1
United Kingdom	69.3	85.8	94.2	110.9
Canada	57.2	88.5	81.7	84.3
Norway	52.8	87.0	112.0	161.1
Sweden	76.1	106.8	121.4	121.5

Fonte: Rosseau e Wachtel (1998)

Anexo II – taxa de variação do activo total, crédito total e os depósitos total

	Tx. de variação										
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Activo líquido	-	11,13%	16,46%	7,30%	1,51%	13,57%	19,38%	20,03%	18,31%	13,00%	10,38%
Crédito	-	24,88%	14,64%	13,13%	17,19%	16,23%	9,66%	18,32%	32,00%	17,45%	30,25%
Depósitos	-	-2,86%	31,38%	12,12%	14,93%	11,19%	12,42%	16,32%	20,09%	12,82%	7,46%
Provisões Diversas	-	3447,17%	17,18%	30,85%	9,85%	4,85%	12,39%	6,90%	16,19%	-0,76%	17,09%
Resultados	-	-55,17%	24,81%	25,48%	26,52%	13,01%	-33,17%	-13,95%	95,32%	72,11%	17,34%

Fonte: BCV (2010)

Anexo III – Rubricas do rácio Levine

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PL	41482,3	45602,8	52356,8	56883,4	62848,3	72640,3	86215,8	94607,9	102088,9
CIBC	32811,1	36039,5	41884,8	46127,4	49787,5	55308,0	66144,1	69791,1	82520,2
CBC	10841,2	9942,5	9453,9	10208,7	9365,5	7635,5	3508,0	-1400,0	-1091,6
CISB	40882,2	43693,0	49914,0	54503,4	57319,2	60193,1	70486,7	70908,6	84224,2
CSNF	13282,4	14576,1	16377,8	18107,6	20043,1	33371,1	44697,6	54208,9	71382,3
CP*	19201,5	22024,3	24889,9	28726,2	31430,4	34039,5	44205,4	51256,8	66390,2
PIB	64538,6	69380,3	72758,1	79526,7	82086,5	89681,5	103896,6	115237,3	130346,7
PIBR	36478,68	37944,21	39055,5	42187,577	44384,72	48289,05	53094,7	56367,8	62666,7
PIB _{P/C} R*	0,0616637	0,064141	0,0660196	0,071313996	0,0750281	0,0816279	0,08975143	0,0952843	0,10593194
PIB _{P/C} R**	601,0011	660,046	570,931	574,22621	499,5477	627,523	618,0419	587,011	690,3091

* Valores expressos em contos

** Valores expressos em dólares americanos

PL – passivo líquido do sector bancário

CIBC – crédito interno dos bancos comerciais

CBC – crédito interno do banco central

CISB – crédito interno do sistema bancário

CSNF – crédito às sociedades não financeiras

CP – crédito privado do sector financeiro

PIB – produto interno bruto

PIBR – produto interno bruto real (valores do PIB, deflacionados pelos IPC do ano base de 1989)

PIB_{P/C} R* - produto interno bruto real *per capita* (calcula – se dividindo os valores do PIBR pela população)

PIB_{P/C} R** - produto interno bruto real *per capita* convertido em dólares americanos.

Anexo IV – taxas de crescimento dos créditos por sectores de actividade

Sectores	Taxas de crescimentos dos créditos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura e caça	-1,05%	0,12%	-5,92%	-2,92%	27,88%	-5,74%	8,53%	2,08%
Pesca	-1,63%	0,66%	-6,69%	-0,59%	27,12%	-8,88%	3,06%	4,41%
Indústrias extractivas	0,00%	15,97%	-28,93%	-45,24%	-85,89%	296,16%	31,45%	164,72%
Indústrias transformadoras	10,86%	0,27%	13,32%	18,53%	28,00%	14,08%	35,00%	53,87%
Electricidade e gás	-7,12%	-11,04%	0,32%	-8,07%	-4,51%	2808,18%	-48,61%	31,80%
Construção e obras públicas	21,34%	-15,48%	-15,28%	-11,17%	51,18%	143,78%	22,59%	76,18%
Comércio restaurantes e hotéis	1,91%	34,92%	19,30%	17,10%	72,34%	14,12%	33,05%	44,50%
Comércio	-0,97%	39,94%	14,93%	21,32%	68,14%	9,16%	33,33%	52,31%
Restaurantes e hotéis	11,34%	20,27%	34,12%	4,80%	86,48%	29,17%	32,33%	24,32%
Transportes e comunicações	10,38%	6,69%	5,79%	21,92%	73,70%	31,62%	8,22%	38,42%
Serviços prestados às empresas	-43,50%	78,34%	-51,99%	350,36%	175,02%	38,35%	159,44%	146,18%
Serviços pessoais e sociais	6,08%	11,39%	7,07%	-3,24%	43,94%	19,09%	59,34%	48,01%
Serviços	4,42%	12,60%	5,38%	1,38%	51,00%	20,59%	71,47%	66,02%

Fonte BCV (2008)

Anexo V – Peso dos sectores de actividade no PIB sectorial

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
SP/PIB sectorial	7,82%	9,16%	8,93%	8,55%	7,50%	7,36%	7,15%	6,37%	5,89%	5,33%
SS/PIB sectorial	28,78%	27,20%	26,14%	26,18%	26,62%	27,32%	26,72%	27,04%	28,08%	27,33%
ST/PIB sectorial	57,82%	57,49%	58,68%	58,90%	59,31%	58,74%	60,15%	59,75%	59,21%	60,61%

Fonte: BCV (2008)

Anexo VI- Evolução da produção gerada pelos sectores de actividade

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sector primário	0,11%	27,38%	4,02%	0,37%	-3,71%	2,61%	0,01%	-3,28%	2,11%	-0,34%
Sector secundário	8,15%	2,71%	2,57%	5,02%	11,53%	7,39%	0,56%	9,94%	14,69%	7,08%
Sector terciário	7,04%	8,07%	8,95%	5,23%	10,46%	3,63%	5,30%	7,93%	9,41%	12,64%

Fonte: BCV (2008)